



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
COLEGIADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ARIANE BORGES DE OLIVEIRA**

**PERFIL DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ**

**MACAPÁ  
2017**

ARIANE BORGES DE OLIVEIRA

**PERFIL DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DO AMAPÁ**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Tiago Luedy Silva

MACAPÁ

2017

## AGRADECIMENTOS

Ao final da jornada começo a pensar no início e em todas as experiências que me fizeram chegar até esse momento. Não seria justo passar sem agradecer sinceramente a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a concepção deste trabalho.

Agradeço aos meus pais por me proporcionarem o ambiente familiar propício para que eu pudesse me dedicar inteiramente aos estudos, por toda a paciência empregada durante o tempo em que estive debruçada nesta pesquisa e afastada da convivência familiar.

Ao meu orientador, Tiago Luedy, que me apresentou ao tema e me conduziu pacientemente e sabiamente durante o desenvolvimento do mesmo, sempre prezando para que meu trabalho fosse da melhor qualidade possível. Sua dedicação para com os alunos e o curso de Relações Internacionais é admirável.

Ao professor Paulo Gustavo, que se tornou um estimado amigo e me proporcionou as maiores reflexões sobre a vida na faculdade e depois dela, o que mudou minha concepção de mundo e meus planos de vida.

Ao meu querido namorado, Jorge, que é meu maior incentivador e acredita no potencial que nem eu mesma consigo acreditar que tenho. Obrigada por ter sido minha luz nos dias sombrios.

Aos meus amigos do Grupo de Sempre, eu não poderia ter encontrado um grupo de trabalhos de faculdade melhor. Vocês tornaram as nossas tardes melhores e esses anos de curso inesquecíveis. E Adan, obrigada pela infinita ajuda com a coleta de informações que tornou possível a realização desta pesquisa.

Obrigada a equipe da Agência Amapá, sobretudo à Lidiane Vieira, a Assessora de Relações Internacionais, que foi bastante prestativa e solícita ao me explicar o funcionamento da Agência e os principais projetos executados.

Finalmente, ao meu grupo de RPG que foi extremamente gentil ao colocar a mesa e hiatos para não perturbar minha dedicação ao presente trabalho.

## RESUMO

As transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas no sistema internacional, acarretadas pelo fim da Guerra Fria e o advento da globalização, propiciaram o surgimento de novos atores dispostos a compartilhar o cenário internacional com o Estado Nacional. Dentre os novos atores estão os entes subnacionais, instâncias de poder estruturadas abaixo dos governos nacionais, que tem ganhado cada vez mais autonomia para realizar atividades internacionais graças à descentralização do poder federal. Para explicar esse fenômeno, surgiu o conceito de “paradiplomacia” que diz respeito às ações internacionais realizadas pelos governos subnacionais. O Estado do Amapá configura-se como um ator paradiplomático e tem buscado o meio internacional como alternativa de desenvolvimento. O objetivo da presente monografia é traçar o perfil da atuação paradiplomática do Estado do Amapá, através da análise das ações internacionais conduzidas pela Assessoria de Relações Internacionais da Agência Amapá, nos anos de 2015 a 2017. Para tal, foram utilizados como aporte conceitual os autores Panayotis Soldatos e Ivo Duchacek, considerados os autores clássicos dos estudos de paradiplomacia, e o livro Atuação Global Municipal da Confederação Nacional de Municípios, que fez uma adequação do conceito para a realidade brasileira. Além disso, foi realizado um levantamento de dados sobre as ações internacionais amapaenses através de notícias oficiais, documentos governamentais e bibliografia especializada. Ao término da pesquisa, concluímos que o perfil da paradiplomacia amapaense é de caráter regional transfronteiriço e objetiva, sobretudo, a cooperação descentralizada técnica e financeira e a promoção econômica do estado no meio internacional.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia. Amapá. Cooperação Descentralizada.

## ABSTRACT

Political, economic and social transformations occurred over the last decades in the international system, brought by the end of the Cold War and the advent of globalization, propitiated the emergence of new actors willing to share the international scene with the National State. Among the new actors are in the subnational entities, instances of power structured below national governments, which has gained increasing autonomy to accomplish international activities due to the decentralization of federal power. To explain this phenomenon, the concept of "paradiplomacy" has arisen that refers to the actions carried out by the subnational governments. The State of Amapá sets up as a paradiplomatic actor and has been seeking the international environment as an alternative to its own development. The purpose of this monograph is to profile the paradiplomatic performance of the State of Amapá, through the analysis of the international actions conducted by the Agency of International Relations of the Amapá Agency, from 2015 to 2017. To this end, were used as conceptual contribution the authors Panayotis Soldatos and Ivo Duchacek, booth considered classical authors of the studies of paradiplomacy, and the book *Atuação Global Municipal* of the National Confederation of Municipalities, which made an adaptation of the concept to the Brazilian reality. In addition, a data survey of Amapá's international actions was performed through official news, government documents and specialized bibliography. At the end of the research, we conclude that the profile of the paradiplomacia of Amapá has a regional cross-border character and aims, especially, the decentralized technical and financial cooperation and the economic promotion of the state in the international environment.

**Keywords:** Paradiplomacia. Amapá. Decentralized Cooperation.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Categorias de Paradiplomacia de Ivo Duchacek (1990)

Quadro 2 – Categorias de Paradiplomacia de Panayotis Soldatos (1990)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABC** – Agência de Cooperação Brasileira

**ABM** – Associação Brasileira de Municípios

**ADAP** – Agência de Desenvolvimento do Amapá

**AFEPA** – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

**AIT** – Acordo Internacional de Transportes

**ARF** – Assessoria de Relações Federativas

**ARI** – Assessoria de Relações Internacionais

**CAF** – Comitê de Articulação e Pactuação Federativa

**CF** – Constituição Federal

**CMT** – Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça

**CNM** – Confederação Nacional de Municípios

**FAL** – Fórum de Autoridades Locais

**FEGRI** – Fórum Estadual de Gestores de Relações Internacionais

**FNP** – Frente Nacional de Prefeitos

**GNC** – Governos Não Centrais

**GRET** – *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques*

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MPOG** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores

**NAFTA** – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (*North American Free Trade Agreement*)

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**PCIA** – Programa de Cooperação Interreg Amazônia

**RI** – Relações Internacionais

**SAF** – Subchefia de Assuntos Federativos

**SEAIN** – Secretária de Assuntos Internacionais

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEICOM** – Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Mineração

**UEAP** – Universidade Estadual do Amapá

**UNIFAP** – Universidade Federal do Amapá



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS ENTES SUBNACIONAIS .....</b>	<b>14</b>
2.1 A GLOBALIZAÇÃO, A RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES .....	14
2.2 O CONCEITO DE PARADIPLOMACIA .....	20
2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARADIPLOMACIA NO BRASIL .....	25
<b>3. A AGÊNCIA AMAPÁ E A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE (2015-2017).....</b>	<b>29</b>
<b>4. O PERFIL DA PARADILOMACIA AMAPAENSE .....</b>	<b>40</b>
4.1 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DE DUCHACEK (1990) .....	41
4.2 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DE SOLDATOS (1990) .....	42
4.3 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (2011) .....	47
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por diversas transformações políticas, econômicas e sociais que reconfiguraram as dinâmicas do sistema internacional. O fim do confronto bipolar entre Estados Unidos e União Soviética implicou uma nova ordem internacional pautada no multilateralismo e subjulgado o temor de um confronto nuclear, temas que, até então, eram considerados como “baixa política” puderam ascender nos debates internacionais. Somado a isso, o fluxo crescente da livre circulação de capitais, a adoção de regimes transnacionais e os rápidos avanços tecnológicos, sobretudo nos setores de transportes e telecomunicações, possibilitaram uma flexibilização das fronteiras que permitiu uma interação, cada vez maior, entre o local e o global. A esse conjunto de transformações no meio internacional foi atribuído o termo “globalização”.

De acordo com Keating (1997) essas transformações estão causando uma erosão no papel que os Estado Nacional desenvolve, que vai deixando de ser considerado o ator exclusivo do cenário internacional pela literatura especializada, graças a ascensão de novos atores que passam a influenciar diretamente no meio internacional. Dentre estes novos atores podemos citar empresas transnacionais, organizações internacionais, organizações não governamentais e entes subnacionais de governo como províncias, departamentos e municípios.

Graças aos efeitos do aumento da interdependência no sistema internacional, a reformulação do papel do Estado nacional, a segmentação da soberania e a influência internacional em diversos aspectos do âmbito doméstico, os entes governamentais subnacionais podem exercer atividades que até então eram de competência exclusiva do Estado-nação e começam a lançar-se ao meio internacional como atores (LUVIZOTTO e OLIVEIRA, 2011, p.10). Um dos conceitos que surgiram para explicar esse fenômeno foi o da “paradiplomacia”.

Através de ações paradiplomáticas, os governos subnacionais podem obter vantagens como atração de investimentos, novos mercados, influência política, aproximação cultural, dentre outras que podem auxiliar o governo central no desenvolvimento econômico, social e político de sua região ou mesmo no contexto nacional.

O Estado do Amapá está situado na região Norte do Brasil, e possui cerca de 73% de seu território coberto de vegetação amazônica. Com 16 municípios, incluindo sua capital, Macapá, o estado é o mais preservado do país e também o único que possui ligação terrestre com um território pertencente à União Europeia, a Guiana Francesa. Ainda que distante dos

centros de poder políticos e econômicos do país, possui uma condição geográfica estratégica em termos militar e econômicos, por sua posição privilegiada à margem esquerda da foz do Rio Amazonas, com saída para o Oceano Atlântico (PORTO, 2010, p.142).

Podemos compreender que o Amapá enquanto ente subnacional, e possuidor de fronteiras internacionais, se insere na categoria de novos atores internacionais que, diante das mudanças paradigmáticas no sistema internacional, buscaram explorar o cenário internacional para obter vantagens econômicas, políticas e sociais.

Dentro do aparato institucional governamental do estado existe a Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (Agência Amapá), que possui uma assessoria de Relações Internacionais que auxilia o governo estadual em sua inserção internacional. A partir destas informações e buscando conhecer o quadro da atuação internacional do Amapá, o questionamento que direciona esta pesquisa é o seguinte: Qual o perfil da atuação paradiplomática do estado do Amapá feita por intermédio da Assessoria de Relações Internacionais da Agência Amapá?

Acreditamos que o foco da atuação internacional do estado se concentra no relacionamento construído com a Guiana Francesa, a partir das demandas que surgem na região de fronteira. Assim, a hipótese que formulamos acerca do perfil da paradiplomacia do estado do Amapá, a ser testada no decorrer da pesquisa, é a de que: as relações paradiplomáticas amapaenses se dão a nível regional transfronteiriço e no âmbito de promoção econômica.

Sendo assim, objetivo geral deste estudo é fazer uma análise sobre a atuação paradiplomática do Estado do Amapá a partir das ações coordenadas pela Assessoria de Relações Internacionais da Agência Amapá entre 2015 e 2017. No intuito de alcançar esse objetivo, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar a Paradiplomacia no âmbito das relações internacionais;
- Fazer um levantamento das ações internacionais que foram realizadas pelo governo do estado do Amapá por intermédio da Agência Amapá;
- Analisar as ações externas a fim de perceber o perfil da atuação paradiplomática do estado do Amapá.

Uma vez que esta monografia se dispõe a fazer uma análise qualitativa dos dados recolhidos sobre a atuação internacional do governo estadual, para que tal análise seja efetivada, a seguinte estrutura metodológica será adotada pelo presente trabalho.

O método utilizado será o hipotético-dedutivo, que verificará a validade da hipótese pré-estabelecida. Os instrumentos de pesquisa a serem utilizados para conduzir a pesquisa serão: a

revisão bibliográfica de livros, artigos e teses relacionados ao tema da paradiplomacia, a coleta de dados e análise documental de projetos de lei e jurisdição atual brasileira regulamentadores do âmbito da atuação municipal em relação a atividades internacionais, bem como, documentos e relatórios de órgãos governamentais ligados à atuação internacional do estado do Amapá, além do conteúdo divulgado através de notícias no site oficial do Governo do Estado do Amapá e no site institucional da Agência Amapá.

Para a análise das ações paradiplomáticas do Amapá será utilizado como aporte conceitual os estudos clássicos de Panayotis Soldatos (1990) e Ivo Duchacek (1990) sobre o conceito de paradiplomacia e suas categorias de atuação, bem como as categorias de ações paradiplomáticas propostas pela Confederação Nacional dos Municípios, em seu livro *Atuação Global Municipal* (2011), a fim de complementar a fundamentação teórica dos autores clássicos com uma estrutura conceitual voltada para a realidade brasileira.

A justificativa para a realização desta pesquisa se dá pelo fato de que o debate sobre paradiplomacia no âmbito das Relações Internacionais é extremamente atual e relevante. A globalização e a interdependência do sistema internacional dificultam aos Estados Nacionais a total gerência sobre seus problemas e capacidades, o que possibilita aos agentes subnacionais a ganharem certa autonomia, com a descentralização política nacional, para resolverem assuntos internacionais relativos às áreas que interferem diretamente no seu contexto local, como as áreas de investimento, comércio e meio ambiente, por exemplo. Nesse sentido, a paradiplomacia têm se mostrado um fator chave para desenvolver as vantagens competitivas de cada região (PISETA, 2014). Portanto, a atuação internacional dos entes subnacionais é um tema que deve ser discutido e promovido para a formação de autoridades competentes que possam receber essas mudanças do meio internacional da forma mais otimizada possível, em outras palavras, que os governos locais consigam lidar e extrair vantagens de todas as demandas da agenda externa que possam afetar suas regiões.

Em contrapartida do aumento de relevância do tema no campo de estudos das relações internacionais, o debate teórico sobre o tema nas regiões amazônicas ainda é escasso e pouco explorado. Presente nesse contexto, no estado do Amapá os estudos e catalogações sobre as ações internacionais do estado são praticamente nulas e de difícil acesso o que gera uma carência de informações a respeito das práticas já realizadas até então. Desse modo, espera-se que a presente pesquisa contribua para a coleta de dados e registro dessas atividades, com a finalidade de incrementar as produções acadêmicas sobre o tema, bem como tornar-se uma base e fonte de consulta para o entendimento da atividade paradiplomática estadual, auxiliando futuras ações e estudos sobre o tema.

Além disso, as ações internacionais coordenadas pela Assessoria de Relações Internacionais da Agência Amapá, no período estabelecido de 2015 a 2017, foram escolhidas como objeto de estudo desta monografia por ser, a Agência Amapá, o órgão governamental responsável pela representação internacional dentro do quadro institucional do governo. É importante esclarecer, também, que o recorte temporal que será utilizado para a catalogação das ações internacionais foi estabelecido entre 2015, por ser o ano em que a Agência Amapá foi criada por lei estadual, até o presente ano de 2017.

Finalmente, a fim de manter um sequenciamento lógico de ideias para alcançar nosso objetivo, esta monografia se estrutura em três capítulos. O primeiro pretende fazer uma reflexão teórica sobre a atuação paradiplomática dos entes subnacionais, para tal será feita uma contextualização histórica sobre as bases que propiciaram o surgimento do conceito de paradiplomacia, depois elucidaremos sobre a definição teórica do mesmo na literatura especializada e, por fim, vamos focalizar em como a paradiplomacia se desenvolve no Brasil, suas bases jurídicas e políticas de incentivo.

No segundo capítulo nossa finalidade será a catalogação das ações internacionais do Amapá que forem encontradas através do levantamento de dados desta pesquisa. O terceiro e último capítulo destina-se a analisar, através do aporte conceitual pré-estabelecido, as ações internacionais do governo amapaense a fim de buscar um perfil de atuação paradiplomática do estado.

## 2. ATUAÇÃO INTERNACIONAL DOS ENTES SUBNACIONAIS

O presente capítulo divide-se em três sessões de forma a melhor explorar como se concretizam as atuações internacionais de entes subnacionais através dos diversos aspectos do fenômeno da paradiplomacia. Na primeira sessão, elucidaremos a respeito do contexto histórico que embasou o surgimento do conceito de paradiplomacia. Na segunda sessão, analisaremos a definição teórica do conceito na literatura pertinente. Finalmente, na última sessão, traremos a base jurídica e institucional que fornece as diretrizes para a promoção e funcionamento da paradiplomacia no Brasil.

### 2.1 A GLOBALIZAÇÃO, A RELATIVIZAÇÃO DA SOBERANIA E O SURGIMENTO DE NOVOS ATORES

Segundo Soldatos (1990, p.35), a atuação de entes subnacionais nas relações externas dos Estados não é uma novidade na história. Se observarmos as últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1960 e 1970, é possível perceber uma intensa e crescente participação de atores subnacionais e transnacionais em diversos assuntos no cenário internacional. As razões para esse crescimento se fundamentam tanto em mudanças na formação estrutural dos Estados, como nas transformações políticas e econômicas dentro do sistema internacional após o término da Guerra Fria.

A nova ordem internacional fundamentada no multilateralismo, os rápidos avanços tecnológicos e a adoção de regimes transnacionais acabaram por diluir a distinção de assuntos externos e domésticos e, assim, transformaram a divisão das responsabilidades de atores nacionais e subnacionais dentro do contexto nacional e internacional (KEATING, 1997, p.11). Com efeito, o termo “globalização” foi cunhado e acabou “sendo incorporado ao vocabulário da política internacional refletindo essa transformação em curso no meio internacional” (SATO, 2010, p.47).

Portanto, para melhor compreender o fenômeno crescente de participação internacional de atores subnacionais, este subtítulo objetiva conceituar a globalização e seus precedentes históricos, bem como seus impactos para o sistema internacional e a composição soberana dos Estados-nação e a ascensão de atores não estatais na realização de ações internacionais, sobretudo, dos entes subnacionais que são o foco desta pesquisa.

Durante a década de 1950, as atenções estavam voltadas para a Guerra Fria e havia uma forte preocupação com um possível confronto nuclear. De acordo com Sato (2010, p. 47), durante o período, as análises dividiam a agenda internacional em dois planos: *high politics* e

*low politics*. A *high politics* refere-se a questões de segurança estratégica enquanto que a *low politics* refere-se as demais questões que não se associam diretamente a segurança, como comércio, educação, desenvolvimento, meio ambiente, sobretudo para as grandes potências. Porém, com o passar dos anos a possibilidade de deflagração de um conflito militar entre as duas potências do mundo bipolar foi se tornando cada vez mais distante e improvável, sendo assim, outros temas emergiram nas rodas de debate político e na mídia, fazendo com que as *low politics* ganhassem, cada vez mais, destaque no sistema internacional (SATO, 2010, p. 47).

Essa trajetória ascendente de temas não-securitários, perdurou por conta das profundas transformações pelas quais passaram as relações internacionais, modificando, inclusive, a forma de entender e conduzir as questões internacionais. Muitos autores utilizam o termo genérico “globalização” para denominar e explicar a dimensão das transformações ocorridas.

Kenneth Waltz (1990, p.694) diz que a globalização “is the fad of the 1990s, and [...] is made in America”. A colocação do autor exemplifica a vertente teórica que entende a globalização como um fenômeno que surgiu no século XX e ganhou força após o término dos eventos da Guerra Fria, com a vitória do modelo de produção capitalista norte-americano. Por outro lado, para algumas correntes de pensamento a globalização é um fenômeno ainda mais antigo e específico<sup>1</sup>.

O vocábulo *globalização* deriva do radical *global*, que significa integral, inteiro, total (OLIVEIRA, 2005). Para Santos (2002) a globalização é um fenômeno multifacetado de dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas que encontram-se complexamente interligadas. O autor define o processo como “conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais.” (SANTOS, 2002, p. 85). As práticas interestatais referem-se as ações desenvolvidas pelo Estado no sistema-mundial, representadas pelos Estados-nação, Organizações Internacionais, Instituições Financeiras Multilaterais e Blocos Regionais. As práticas capitalistas globais são representadas pelas empresas transnacionais no processo de produção global e, finalmente, as práticas sociais e culturais dizem respeito à movimentação de pessoas e trocas culturais e de informação (DESSOTTI, 2009, p. 2).

---

<sup>1</sup> De acordo com Pecequillo (2012, p.48), alguns autores definem a globalização como um movimento de ocidentalização do mundo que teve início com a expansão marítima colonizadora das potências europeias no século XV, e continuou desenvolvendo-se em momentos históricos seguintes, como a Revolução Industrial no século XIX e o período pós-guerras do século XX.

Assim como não há um consenso acadêmico quanto ao surgimento da globalização, sua definição é ainda mais ampla e varia de autor para autor. De acordo com Forjaz (2000, p. 39) “as divergências relativas ao conceito de globalização referem-se fundamentalmente ao conflito ideológico/político entre neoliberais e social/democratas ou socialistas”, ou seja, as disputas ideológicas entre direita e esquerda política, tal como acontecem na sociedade, se manifestam nas constatações a respeito do fenômeno.

Borja (2015) disserta sobre três vertentes ideológicas que analisam a globalização: Hiperglobalizadores, Céticos e Transformacionalistas. Os teóricos *céticos* entendem a globalização como uma ideia que serve aos interesses nacionais de países ricos e desenvolvidos como forma de exploração e dominação política. Os teóricos considerados *hiperglobalizadores*, por outro lado, concebem o fenômeno como real e intenso caracterizado pelo desgaste sistemático das instituições estatais acarretado pela interdependência global. Por fim, os teóricos *transformacionalistas* mantêm uma posição moderada em relação à globalização tida como um processo descentralizado e inacabado “caracterizado pela aceleração da interdependência microsocio-social-macrosocio.” (BORJA, 2015, p. 30).

No campo de estudos das Relações Internacionais, os vieses teóricos analisam o fenômeno dimensionando suas implicações para a política mundial. Para os teóricos realistas, a globalização não altera a base fundamental do sistema internacional: o Estado-nação e sua soberania. A interconectividade de economias e sociedades pode torná-las mais dependentes, porém o sistema estatal permanece inalterado e fundamentado na disputa pelo equilíbrio de poder. Os teóricos liberais, por outro lado, acreditam que o aumento da interconectividade entre as sociedades, provocada pelo desenvolvimento tecnológico e das relações econômicas, caminham para um padrão de políticas inédito no meio internacional, chamado de interdependência, além de reconhecerem outros atores internacionais além dos Estados. Já a corrente marxista, enxerga a globalização não como um fenômeno novo, mas apenas mais um estágio de desenvolvimento do capitalismo liderado pela sociedade ocidental, que aumenta as disparidades existentes entre centro semi-periferia e periferia mundiais (BATALHA; ARTURI, 2006, p. 465).

Como é possível perceber, a totalidade de transformações acarretadas pela globalização pode ser compreendida, sobretudo, em três dimensões principais: econômica, política e social. Nos aspectos econômicos, Santos (2002, p. 29) destaca as principais características:

economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento a escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias



nacionais, preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismos transnacionais: o americano [...], o japonês [...] e o europeu.<sup>2</sup>

Segundo Ianni (p. 46), a internacionalização do capital é outro fator econômico importante da globalização. As manifestações do capitalismo em escala mundial possibilitam a flexibilização dos processos de produção deixando as economias nacionais a mercê da dinâmica das empresas, corporações e conglomerados transnacionais.

As condições e as possibilidades de soberania, projeto nacional, emancipação nacional, reforma institucional, liberalização das políticas econômicas ou revolução social [...] passam a estar determinadas por exigências de instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais [...] que pairam acima das nações. A moeda nacional torna-se reflexo da moeda mundial. Também o aparelho estatal, por todas as suas agências, sempre simultaneamente políticas e econômicas, além de administrativas, é levado a reorganizar-se ou 'modernizar-se' segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados, fluxos dos fatores de produção, das alianças estratégicas entre corporações. (IANNI, p. 49)

Completando o pensamento de Ianni, Dessotti (2009, p. 3) salienta que embora as empresas multinacionais possuam uma nacionalidade, seu processo produtivo encontra-se, muitas vezes, espalhado ao redor do globo, e, portanto, tomam suas decisões baseadas nas especificidades de cada país onde estão envolvidas. Assim, a atuação do Estado fica limitada às estratégias adotadas por essas empresas que por sua vez estão de acordo com as variações positivas ou negativas dos mercados.

Dessa forma, os Estados devem estar atentos à dimensão internacional e, em determinadas situações, submeterem-se a realidade externa para tomar decisões internas (SATO, 2010; DESSOTTI, 2009), o que configura uma transformação nas características "clássicas" do modelo westfaliano baseado na soberania territorial e no poder estatal (FILHO, 2011, p. 37). Essa transformação pode ser entendida através das análises do viés político da globalização. Embora os estudos ligados à dimensão econômica do fenômeno sejam majoritários e recebam maior atenção dentro da comunidade acadêmica, os estudos sobre os aspectos políticos, já em seus estágios iniciais, reconheceram uma unanimidade na concepção de que o Estado Nacional vêm enfrentando uma crise a partir da década de 1970. (FORJAZ, 2000, p. 39).

Segundo Forjaz (2000), o processo de formação do Estado Nacional durante os séculos XII e XIV, na Europa Ocidental, envolveu a construção de uma autoridade central e de poder soberano que, aos poucos, substituiu entidades de poder subnacionais, como burgos e feudos,

---

<sup>2</sup> As três economias transnacionais citadas por Santos (2002) representam os países com as economias de mercado mais expressivas mundialmente à época em que o trabalho do autor foi desenvolvido. À título de atualização de informações, acrescentamos que em 15 anos houve uma mudança substancial na configuração econômica mundial, e tendo a China alcançado o posto de segunda maior economia, conforme dados do World Bank (2017), podemos acrescentá-la a lista do autor.

e entidades de poder supranacionais, como a Igreja Católica. Logo, surgiram os primeiros teóricos acerca do Estado, como Jean Bodin e Thomas Hobbes, que tratavam da noção de soberania como condição para o exercício legítimo da autoridade sobre um território e uma população. Até o século XX, a soberania estatal, fundamentada seja na soberania popular, seja no arbítrio dos governantes, continuava sendo o principal órgão de poder e o Estado Nacional o principal ator no cenário internacional. Porém, “com a globalização, no fim do século XX, novamente o Estado passa a sofrer a competição de instituições supranacionais ou transnacionais e subnacionais ou infranacionais de poder.” (FORJAZ, 2000, p. 42).

Ou seja, os Estados antes imunes a qualquer instância de poder superior a eles, agora encontram-se em um ambiente internacional habitado por organizações e instituições que exercem funções governamentais e formulam regulamentos com a capacidade de submeter o poder absoluto dos Estados. Organizações Multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), blocos regionais, como a União Europeia, são alguns exemplos de poderes com alcance supranacional que, assim como as empresas transnacionais, citadas anteriormente, são forças da atualidade que podem afetar a soberania dos Estados a partir do cenário internacional.

No fenômeno cunhado genericamente como “globalização”, o mundo ficou mais integrado e o Estado como ator na cena internacional perdeu bastante espaço para outros atores que, de muitas maneiras, passaram a ser agentes capazes de influenciar significativamente o meio internacional. (SATO, 2010, p.47)

Esses outros atores criaram novas dinâmicas no sistema internacional que conferiram à globalização a característica da superação fronteiriça que vai de encontro à clássica noção de territorialidade, como explica Filho (2011, p. 35):

Um traço fundamental da globalização reside na ideia do desconhecimento das fronteiras nacionais, as quais são virtualmente perpassadas. O planeta é o seu limite. O alcance global, a desterritorialização, a força do capital, a informação *online*, entre tantas outras características, formam o caldo no qual a interdependência entre os Estados nacionais e os novos atores desenvolve-se.

Keating (1997, p. 12) também reconhece que existe uma diminuição na importância territorial dos Estados para os novos atores, salientando que os novos meios de comunicação podem desconstruir a relação que se faz entre cultura e território, uma vez que eles permitem uma aproximação virtual que possibilita que as comunidades culturais possam existir sem a necessidade de proximidade física. Por outro lado, a modernização das tecnologias de comunicação possibilita, também, a exportação de uma cultura pretensamente global que tem sua origem nos Estados Unidos, e é absorvida por outras nações tomando o espaço da própria cultura nacional.

Além da perda da centralidade do Estado-nação nas iniciativas econômicas, sociais e políticas internacionais, Santos (2002, p.35-36) destaca, também, o controle da autonomia e soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos pelos Estados hegemônicos. Controle muitas vezes exercido pela disparidade de influência em instituições e outros órgãos multilaterais. O autor cita, ainda, que existe uma tendência acentuada para que ocorram, cada vez mais, acordos políticos interestatais, como o NAFTA e o Mercosul.

Por outro lado, a autoridade dos Estados também se encontra “solapada por dentro, por entidades subnacionais e forças centrífugas como o tribalismo e o fortalecimento dos níveis de poder infracional como municípios ou províncias, cada vez mais autônomos e poderosos.” (FORJAZ, 2000, p. 44).

Em síntese, podemos classificar os novos atores não-estatais, reconhecidos pela literatura recente, que compõem o cenário internacional em dois grupos, sendo um deles composto por agentes do meio internacional, como empresas transnacionais, organizações não-governamentais e organizações internacionais, e o segundo por agentes da esfera subnacional, como governos locais de estados, províncias, departamentos e municípios (SENHORAS, 2009, p. 3).

As ações internacionais dos governos subnacionais têm aumentado nas últimas décadas e chamado atenção de estudiosos de todo o globo, sobretudo pelo patamar de importância que algumas cidades e regiões alcançaram no contexto mundial, desafiando o caráter de principal influente do Estado nacional. Segundo Milani e Ribeiro (2011, p. 23):

As the world's population have become increasingly urban and complex globalization-fragmentation processes have advanced, cities have challenged the Westphalian imaginary and the exclusive role of the nation-state as **the** bounded political community with the capacity to frame and control a fixed and vertical national territory.

Keating (1998) diz que houve um declínio na capacidade do Estado de proteger seu território das instabilidades do mercado internacional e isso impulsionou as cidades a buscarem se inserir nesse espaço como estratégia de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, para controlar os efeitos socialmente desintegradores do mercado global. Dessotti (2009, p. 4) complementa o pensamento:

as cidades são afetadas pelas novas configurações do processo de produção e pelas transformações no âmbito de atuação do Estado-nação. Os governos municipais assumem novas responsabilidades e criam estratégias de inserção internacional, que em alguns casos são combinadas às ações do governo central e em outros podem, inclusive, contrapor essas ações. A atuação internacional das cidades pode ser vista como contraposição ou como forma de amenizar os efeitos negativos das políticas neoliberais implantadas pelos governos centrais.

Essas ações internacionais das cidades e outros entes subnacionais são conceituadas no campo de estudos das relações internacionais como paradiplomacia. Este conceito e suas pertinências serão melhor discutidos na próxima sessão.

## 2.2 O CONCEITO DE PARADIPLOMACIA

Nas últimas décadas, com as mudanças estruturais no sistema internacional e os impactos da globalização, houve um aumento da participação de entes subnacionais no cenário internacional dentro do conjunto dos novos atores que disputam o protagonismo internacional ao lado dos Estados-nação. Esse fenômeno é comumente conceituado na literatura acadêmica como paradiplomacia.

Por ente subnacional entende-se tanto os governos locais, como municípios, *ayuntamentos*, intendências, quanto de governos regionais, como estados federados, departamentos, cantões, províncias, entre outras instâncias de poder subnacionais (RIBEIRO, 2009, p 36). Esses atores também podem ser denominados de governos subnacionais, governos não centrais (GNC), entes federados, possuindo esses termos o mesmo valor analítico (ISER, 2013, p. 9).

Segundo Maria Clotilde Ribeiro (2009, p.33), o neologismo paradiplomacia “surge na literatura científica nos anos 1980, servindo para descrever as atividades internacionais dos Estados federados canadenses e americanos no contexto da globalização” que foram pioneiros nessa atividade. O conceito aparece, pela primeira vez, nos estudos pioneiros de Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos. Segundo Zabala (2000, p. 207) o termo nasce com Soldatos e é adotado posteriormente por Duchacek, que até então utilizava o termo “microdiplomacia” para se referir ao fenômeno da atuação internacional dos entes federados<sup>3</sup>.

Noé Cornago (2000, p. 2) conceitualiza a paradiplomacia da seguinte forma:

paradiplomacy can be defined as subnational governmental involvement in international relations, through the establishment of formal and informal permanent or *ad hoc* contacts, with foreign public or private entities, with the aim to promote socioeconomic or political issues, as well as any other foreign dimension of their own constitutional competences.

Segundo Keating (1997), existem diversas razões pelas quais as regiões subnacionais se lançam ao meio internacional, sendo as razões econômicas, políticas e sociais as principais. Economicamente, buscam investimentos, mercados para sua produção, tecnologia para se

---

<sup>3</sup> De acordo com Duchacek (1990, p. 32) o prefixo “para” em paradiplomacia significa paralelo (do inglês *parallel*), o que representa muito bem a natureza das atividades que acontecem além da diplomacia do governo central.

modernizar e se promover como destino turístico. No campo político podem buscar uma projeção internacional para chamar atenção para a própria região a nível nacional, ou *“aquellas com aspiraciones nacionalistas buscan el reconocimiento y la legitimación como algo más que meras regiones”* (KEATING, 1997, p16) no sistema internacional. Para as regiões cultura ou idiomas próprios, a projeção internacional pode funcionar como uma saída para receber apoio e recurso que o governo nacional, por algum motivo, não está disponível a fornecer. Há ainda a possibilidade, para comunidades com identidade cultural histórica ou diferenciada, de conseguir recursos através de suas diásporas melhorando sua influência política em outros países.

Outras vantagens que poderiam ser obtidas com a inserção internacional dos governos subnacionais, ambas as vantagens seriam benéficas para a Nação no geral, são o fortalecimento da democracia e do sistema federal, *“uma vez que o processo decisório das diretrizes da política externa seria beneficiado pela ampliação da participação das forças econômicas e sociais”* (RIBEIRO, 2009, p. 35), e a possível diminuição das disparidades regionais, sobretudo no setor econômico.

As assimetrias entre os entes subnacionais de um país, sejam de ordem política, econômica ou cultural, podem influir na decisão daquelas unidades que se sentem menos privilegiadas a buscar apoio internacional para suprir suas áreas deficitárias. Outro fator condicionante doméstico é a ineficiência das políticas do governo nacional em atender todas as necessidades e demandas de suas regiões (FILHO, 2011, p. 60).

Conforme Ivo Duchacek (1990), a entrada dos governos não centrais no campo das relações internacionais varia em forma, intensidade, frequência e objetivos, que geralmente são socioeconômicos e, às vezes, políticos. O autor vai mais a fundo e estabelece que essas iniciativas de paradiplomacia podem ser categorizadas em três formas distintas: paradiplomacia regional transfronteiriça, paradiplomacia transregional e paradiplomacia global.

A paradiplomacia regional transfronteiriça acontece com os contatos transfronteiriços (contatos institucionais, formais ou informais) entre os atores, que são predominantes por conta da proximidade geográfica e dos problemas em comum que possam existir, bem como do interesse em comum para solucioná-los. A paradiplomacia transregional representa as conexões e negociações entre entes subnacionais que não são vizinhos, mas seus governos nacionais sim. E a paradiplomacia global consiste nas relações entre atores subnacionais com os governos centrais de nações distantes da sua própria. Duchacek fala ainda sobre outro contexto de paradiplomacia, chamado por ele de protodiplomacia, que representa as raras

iniciativas de atores não centrais no meio internacional que utilizam seus links econômicos, sociais e culturais com outras nações para fins separatistas.

Panayotis Soldatos (1990) também estabelece algumas tipologias para o fenômeno paradiplomático, algumas relacionadas diretamente à atuação das cidades, e outras às ações das regiões, ou seja, das instâncias de poder imediatamente superiores aos municípios. Conforme Ribeiro (2009, p. 46), as análises do autor podem ser divididas em quatro grandes categorizações:

a) a dimensão geopolítica e questões de interesse para tratamento; b) a relação estabelecida entre a unidade subnacional e o governo central; c) o tipo de segmentação das ações internacionais, conforme os diferentes níveis de governo nos quais elas se realizam e d) o caráter de proatividade da internacionalização, o que produziria duas categorias distintas de cidades.

Quanto ao primeiro tópico, Soldatos (1990) utiliza duas terminologias semelhantes às de Duchack, paradiplomacia global e paradiplomacia regional, para chamar o que ele diz serem as categorias principais da paradiplomacia. Porém, essas não se limitam apenas ao enfoque geográfico. A primeira delas descreve as ações dos entes federados quando tratam de questões relacionadas ao sistema internacional como um todo (como guerra, paz, liberalização do comércio). Porém, o autor ressalta que esse evento é incomum, uma vez que as unidades federadas, geralmente, trabalham questões de *low politics*. Quanto à paradiplomacia regional, refere-se aquela onde as questões são de relevância regional para os atores envolvidos.

A paradiplomacia regional de Soldatos (1990, p. 38) divide-se, ainda em “*macroregional, which takes place when the actors are dealing with issues concerning communities which are non-contiguous [...] and micro-regional, where the issues concern communities that have a geographical contiguity.*”

A segunda perspectiva do autor analisa a relação estabelecida entre as entidades subnacionais e o governo central. As ações paradiplomáticas podem ser cooperativas, quando são coordenadas ou desenvolvidas de modo conjunto pelo governo federal, como acordos ou relações institucionais permanentes ou *ad hoc*, ou podem ser paralelas (ou substitutivas) quando são desenvolvidas sem a supervisão do governo federal. Estas podem acontecer de forma harmoniosa, quando o governo aceita as ações independentes da entidade subnacional, ou conflituosa se de alguma forma o governo se opuser a elas, em seu conteúdo ou forma.

A terceira categoria de análise de Soldatos diz respeito à segmentação das atividades paradiplomáticas nos diferentes níveis de governos em que são realizadas, que podem ser classificadas em verticais ou horizontais. Ribeiro (2009, p. 48), resume:

A segmentação vertical concerne aos diferentes níveis de governo, (federal, unidades federadas e municipalidades) quando estes são diretamente ativos na área de relações internacionais e elaboração de políticas, enquanto a segmentação funcional ou horizontal é vista quando no mesmo nível de governo diferentes departamentos ou agências governamentais são diretamente envolvidos nos assuntos internacionais, devido ao processo de “domesticação” da política externa, ou seja, voltando-se para a área de *low-politics*.

A última via de análise do referido autor se concentra nas ações internacionais desenvolvidas exclusivamente pelas cidades. Após observar os processos de internacionalização de cidades nos continentes norte-americano e europeu, o autor identificou duas categorias as quais denominou: cidade-espço e cidade-ator. A cidade-espço para Soldatos (1996) é aquela que se encontra envolta pelos processos e forças internacionais, porém não demonstra proatividade para abraçá-los e, ao invés, concentra sua atuação ao que concerne apenas o âmbito regional. Esse tipo demonstra-se subalterno e frágil diante do desenvolvimento internacional. A cidade-ator, por outro lado, possui uma atuação dinâmica e acolhedora com os fluxos internacionais. Nessa cidade é possível perceber a existência de um conjunto de serviços pertinentes às atividades internacionais, tais como sedes de organizações estrangeiras, firmas internacionais, instituições científicas, representações diplomáticas, consulados, ONGs, pontos turísticos, além de pesado investimento em infraestrutura de transportes e telecomunicações. A cidade-ator também está apta a receber dirigentes de todo o mundo e sediar eventos internacionais.

em função de sua internacionalização fortemente ativa, a cidade-ator faz parte de redes internacionais de alta-tecnologia e de serviços-chave, (notadamente de grandes redes financeiras internacionais e de telecomunicações) e exporta importantes fatores de produção, definindo claramente a estratégia da sua trajetória internacional. (RIBEIRO, 2009, p. 50).

As primeiras iniciativas de paradiplomacia dos governos subnacionais ganharam ímpeto em Estados federados desenvolvidos, Canadá, Estados Unidos, Alemanha e Suíça a partir dos anos 1980 (RIBEIRO, 2009, p. 36), e foram seguidos por alguns estados unitários como a Espanha e a Itália. Os Estados em desenvolvimento, federados ou unitários, começaram a desenvolver suas ações paradiplomáticas da partir da década de 1990, caso do Brasil, Argentina, México, Rússia, China, entre outros (FILHO, 2011, p. 55).

Para Duchacek (1990, p. 2), nas implicações para que as ações paradiplomáticas sejam possíveis de executar, está o pressuposto de que o governo local possui um grau considerável de autonomia em sua jurisdição de assuntos domésticos, que pode ser expandida para incluir questões internacionais que estejam intimamente conectadas com a realidade local, como nas áreas de investimento, comércio e meio ambiente. Por isso, “*external activities of subnational*

*governments are observable and significant primarily in the case of territorial components of democratic federal or decentralized systems”* (Duchacek, 1990, p. 2).

O autor Panayotis Soldatos (1990, p. 50) afirma, também, que o sistema democrático federativo e o grau de descentralização do mesmo, são fatores essenciais condicionantes para que um ente subnacional participe do sistema internacional, pois, segundo o autor, quanto mais descentralizado for o sistema federativo de um país, menores serão as possibilidades de existir um conflito entre as unidades federadas e o governo central, no que tange a realização das ações internacionais dessas unidades.

Quanto às ações propriamente ditas que podem ser realizadas pelos entes subnacionais para promover e defender seus interesses e afirmar sua competência internacional no exterior, Duchacek (1990, p. 14) estabelece seis mecanismos para tal:

- a) Estabelecimento de escritórios permanentes *off-shore* com o objetivo de atrair investimentos, promover relações comerciais, e ter maior oportunidade de influenciar as políticas comerciais;
- b) Realização de missões externas que sejam conduzidas pelos líderes dos governos não-centrais;
- c) Realização de missões profissionais de curta duração enviadas pelo governo com propósitos específicos;
- d) Participação em feiras e exposições internacionais para mostrar o *know-how* produtivo da região e promover o comércio e oportunidades de investimento;
- e) Estabelecimento de zonas de livre-comércio;
- f) Participação de representantes dos governos não centrais em conferências internacionais, organizações ou, mesmo, em comitivas diplomáticas oficiais.

Complementando as ferramentas anteriores, Soldatos (1990) descreve algumas ações de caráter interno para fortalecer a inserção econômica dos entes subnacionais no mundo globalizado. Essas ações seriam: implantação de instituições e mecanismos para conduzir as relações internacionais, formulação e implementação de legislação e políticas domésticas voltadas as relações internacionais, para atração de investimentos e incentivo a exportações, por exemplo, e o desenvolvimento de uma rede de serviços de infraestrutura e de telecomunicações que possam ajudar a estruturar a internacionalização.

Em específico para a internacionalização de governos locais, Salomón (2007) atribui algumas práticas frequentemente institucionalizadas por esse nível de governo, como o irmanamento de cidades, que corresponde a acordos de cooperação bilateral entre dois governos locais, o intercâmbio de “boas práticas” de gestão urbana, bilateralmente ou



multilateralmente, e práticas simbólicas que podem ter consequências materiais importantes, como declarar um município como “receptor de refugiados”.

Finalmente, Ribeiro (2009, p. 61) reconhece a importância das redes de cidades, tais como as redes Mercocidades e Eurocidades, dos programas de cooperação técnica canalizados pelas instituições multilaterais e as Associações de Municípios para impulsionar as práticas de inserção internacional dos governos locais.

### 2.3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PARADIPLOMACIA NO BRASIL

As iniciativas paradiplomáticas no mundo tiveram seu boom a partir da década de 1980. No âmbito brasileiro, os estados foram os primeiros a criar mecanismos e estruturas de paradiplomacia, tendo sido o estado do Rio de Janeiro em 1983 o pioneiro nessa ação, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul em 1987.

Segundo Cornago (2000, p. 12), a redemocratização dos governos latino-americanos nas últimas décadas do século XX e a adoção de políticas externas que favoreceram a integração econômica regional, através de estruturas como o Mercosul e a Comunidade Andina, favoreceram o processo de descentralização e, desde os anos 1990, o regionalismo subnacional tem sido um importante instrumento para a promoção da integração regional. Com efeito, em 1994 a Argentina passou por uma ampla reforma constitucional e adotou uma cláusula constitucional da paradiplomacia, configurando-se como o primeiro dos países da América Latina a fazê-lo. (RODRIGUES, 2008, p.1018).

Quanto ao Brasil, na atual Constituição Federal (CF), de 1988, não está prevista a possibilidade de Estados federados, Distrito Federal e municípios desenvolvam ações de relações internacionais (RODRIGUES, 2008, p. 1019). Segundo o art. 21da CF: “Compete à União: I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.”. Enquanto o art. 84 dispõe: “Compete privativamente ao Presidente da República: VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”<sup>4</sup>.

Segundo Ribeiro (2009, p. 69) no atual ordenamento jurídico brasileiro existe uma falta de previsão constitucional quanto à participação dos entes federados no meio internacional, “uma vez que não existem competências definidas e nem reconhecimento legal para as ações

---

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 26/07/2017.

internacionais de estados federados e municípios”. Por outro lado, começam a surgir propostas de mudanças constitucionais que almejam abrir um espaço legal para a atuação paradiplomática dos entes nacionais, como, por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005, apresentada em 03/11/2005 pelo ex-deputado federal André Costa (PDT/RJ), que propôs acrescentar o §2o ao art. 23 da CF, com seguinte teor:

Os Estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito de suas competências, poderão promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União, observado o art. 49, I, e na forma da lei.<sup>5</sup>

Mesmo sem a previsão constitucional, “a paradiplomacia tem sido praticada no Brasil diariamente, sem necessariamente afrontar o Estado de Direito.” (RODRIGUES, 2008, p. 1020). Conforme Castelo Branco (2008, p. 19):

Nada obstante, apesar de não haver um modelo institucionalizado de atuação internacional dos entes não centrais no ordenamento jurídico pátrio, verifica-se que o processo de democratização do país, [...] deu início aos primeiros casos do que poderia se chamar “política externa federativa”. A partir daí, até mesmo em razão dos problemas estruturais que propiciam o desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil, a atuação externa dos entes subnacionais vem crescendo a cada dia.

Em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, os diplomatas do Ministério de Relações Exteriores (Itamaraty), introduziram em seus discursos o termo “diplomacia federativa” para referir-se as atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros. Posteriormente, durante o governo Lula, novamente foi introduzido um novo conceito, “cooperação internacional federativa”, que é equivalente a cooperação descentralizada e considerada uma faceta importante da diplomacia federativa (Salomón, 2008, p. 155).

Conforme Ribeiro (2009, p. 70) o marco do reconhecimento do governo federal, relacionado às relações internacionais federativas dos estados e municípios brasileiros, foi a criação da Assessoria de Relações Federativas (ARF), por meio do decreto nº 2.246, de 09 de junho de 1997, ligada diretamente ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores, que destinava-se a “fazer a interface do Ministério das Relações Exteriores com o Estados e Municípios brasileiros, no sentido de assessorá-los em suas iniciativas externas” (FILHO, 2011, p. 83).

Em 2003, com o início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve novas iniciativas que sinalizara a relevância da atuação internacional das entidades federativas

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=305376>>  
Acesso em: 26/07/2017.

brasileiras. Foi institucionalizada a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) junto à Secretária de Relações Institucionais da Casa Civil da Presidência da República. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) sofreu uma reforma em sua estrutura administrativa, também em 2003, fato que resultou na fusão da ARF com a Assessoria de Assuntos Parlamentares, criando assim a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA). O novo órgão, também vinculado ao gabinete do Ministro de Relações Exteriores, possui como competência:

- I - promover a articulação entre o Ministério e o Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados;
- II - promover a articulação entre o Ministério e os Governos estaduais e municipais, e as Assembleias estaduais e Câmaras municipais, com o objetivo de assessorá-los em suas iniciativas externas e de providenciar o atendimento às consultas formuladas; e
- III - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado.<sup>6</sup>

Após a criação da AFEPA, outro mecanismo, que é considerado inovador, foi instituído, os escritórios regionais do MRE, situados em: Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses escritórios são os sustentáculos da AFEPA e apoiam *in situ* e auxiliam os estados e municípios a desenvolverem suas ações internacionais (RODRIGUES, 2008, p. 1023).

Em agosto de 2007 houve mais uma significativa mudança para as relações federativas brasileiras. Foi criado, pelo Decreto nº 6.181, o Comitê de Articulação e Pactuação Federativa (CAF) como órgão consultivo da Presidência da República. O Comitê é composto por mais três entidades que representam os municípios: Associação Brasileira de Municípios (ABM); Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Esse órgão, que tem como objetivo promover a articulação de estratégias e implementar ações coordenadas e cooperativas entre as esferas federal e municipal, para atender demandas e aprimorar as relações federativas, parece refletir o interesse do governo federal em se aproximar da instância municipal (RIBEIRO, 2009, p. 181).

Outro órgão vinculado ao MRE de vital importância para o desenvolvimento da paradiplomacia no país é a Agência de Cooperação Brasileira (ABC). A autarquia atua como facilitadora e promotora da cooperação internacional, como ferramenta da política externa federal, utilizando-se de recursos, capacidades e boas práticas de órgãos e agências estaduais e municipais (RODRIGUES, 2008, p. 1023).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8817.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8817.htm)> Acesso em: 26/07/2017.

Conforme Filho (2011, p.85), “o estado nacional brasileiro efetuou a institucionalização da paradiplomacia subnacional ou diplomacia federativa”. Para o autor, isso demonstra que o governo federal está atento as demandas subnacionais, e se preocupou em estabelecer uma estrutura diplomática que fosse capaz de fomentar e coordenar as ações das unidades subnacionais.

Ademais das organizações internas, os entes subnacionais brasileiros, sobretudo os pertencentes à esfera municipal, têm se pronunciado a nível internacional buscando legitimar suas ações externas, a exemplo do Fórum de Autoridades Locais (FAL), criado pela cidade de Porto Alegre, que busca reforçar a importância das cidades como espaços democráticos legítimos a serem valorizados pela luta contra a desigualdade. Outro exemplo é o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos, criado em 2004 durante a reunião do Mercosul, uma instituição que permeia o âmbito regional latino-americano, e busca ser um canal de discussão, estimulando “o diálogo e a cooperação entre as autoridades a nível municipal, estadual, provincial e departamental dos Estados Partes do Mercosul” e também poderá “propor medidas destinadas à coordenação de políticas para promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida dos habitantes dos Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos da região”<sup>7</sup>

Finalmente, a Rede Mercocidades é um excelente exemplo da articulação política multilateral dos governos subnacionais sul-americanos, o qual várias cidades brasileiras encontram-se envolvidas. Criada em 1995 inspirada na composição da rede de cidades europeia, graças a articulação de 11 cidades pertencentes à Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no âmbito do Mercosul, com objetivo, em resumo, de facilitar os processos de integração regional e, também, proporcionar a troca de experiências e diálogo. Segundo Senhoras (2009, p. 12):

Enquanto um fórum multilateral de ação paradiplomática de municípios e intencionalidades no âmbito transregional, a rede de Mercocidades se tornou em uma importante ferramenta de fortalecimento subnacional no interior do processo de integração regional do Mercado do Cone Sul (Mercosul), pois refletiu uma conscientização voluntária a respeito da interdependência do processo de integração regional do Mercosul, que ocorre não só por meio de uma interação entre Estados Nacionais, como também, pela atuação de comunidades epistêmicas, empresas e governos subnacionais.

Em resumo, embora exista uma ausência de previsão constitucional no que tange ao caráter oficial da paradiplomacia no Brasil, verificou-se um aumento nas atividades de caráter internacional dos entes subnacionais, nos últimos anos (FILHO, 2011, p. 88). Espera-se que a

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2289>> Acesso em: 30/07/2017.

legitimidade da atuação e influência dos governos subnacionais aumente em sintonia com a quantidade de compromissos internacionais do Brasil e seus respectivos impactos para os poderes locais e regionais (RODRIGUES, 2008, p. 1030).

### **3. A AGÊNCIA AMAPÁ E A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE (2015-2017)**

No capítulo anterior discutimos acerca do contexto histórico que assentou as bases para a motivação dos entes subnacionais em inserirem-se no contexto internacional, propiciando o surgimento do conceito de paradiplomacia e suas derivações, bem como, seu funcionamento no âmbito brasileiro. No presente capítulo, o foco recai sobre o estado do Amapá, o ente subnacional cerne do presente estudo, e o levantamento de dados sobre as ações internacionais coordenadas pela Assessoria de Relações Internacionais do Estado, responsável pela condução dos assuntos externos do governo do Amapá, vinculada à Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá.

Com uma cobertura vegetal amazônica que ocupa aproximadamente 73% do território do estado, o Amapá encontra-se localizado no extremo-norte do Brasil, a nordeste na região Norte do país. Possui 16 municípios, incluindo sua capital Macapá, e é cortado pela linha do Equador, tendo a maior parte de seu território localizado no hemisfério Norte.

Limitado ao sul pelo estado do Pará, faz fronteira a leste com o oceano Atlântico e a oeste com a Guiana Francesa (uma coletividade ultramarina da França) e o Suriname, sendo a única ligação terrestre entre o Mercosul e a União Europeia (FILHO, 2011, p. 93). Por outro lado, é o único estado federado brasileiro cuja capital não possui ligação terrestre com outras capitais do país.

Apesar do isolamento geográfico e a distância dos centros econômicos e de poder do Brasil, algumas de suas características geográficas (a localização em âmbito amazônico e atlântico) e naturais (o rico potencial natural, mineral e fluvial) são particularidades de condição estratégica em termos de geopolítica militar e econômica (PORTO, 2010; FILHO, 2011).

Com o intuito de desenvolver estas notáveis particularidades, dentro do quadro institucional do governo amapaense encontra-se a Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá (Agência Amapá), que “faz parte de uma estratégia de Governo e visa a construção de um ambiente institucional capaz de captar investidores para o Estado, suprimindo

burocracias, promovendo a segurança jurídica e, sobretudo a interlocução do setor privado com o governo”<sup>8</sup>.

A Agência Amapá foi instituída pela lei nº 1.908, de 01 de julho de 2015 (AMAPÁ, 2015), é vinculada ao Gabinete do Governador e substituiu dois órgãos que nos anos anteriores eram os responsáveis pelas questões do desenvolvimento econômico estadual, a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP) e a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).

Em sua estrutura organizacional, a Agência possui uma Assessoria de Relações Internacionais que tem como objetivo coordenar e assessorar as atividades ligadas às relações internacionais do estado. Segundo o site institucional da Agência Amapá, a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) desempenha uma função estratégica para o processo de internacionalização do estado, atuando como um canal entre os demais órgãos públicos e suas demandas externas. Dentre as atividades listadas que a ARI pode realizar estão a cooperação internacional, a manutenção de relacionamento de órgãos estaduais com instituições estrangeiras, a formação de recursos humanos capacitados para lidar com as questões internacionais, a promoção internacional do estado e ações de boas práticas internacionais<sup>9</sup>.

A ARI também é a responsável por organizar as missões de gestores estaduais fora do país, supervisionando a retirada de passaportes, vistos, além de manter contato com as embaixadas e consulados. Além disso, segundo relatórios de ações da assessoria, realiza o recebimento de missões estrangeiras e organiza a participação de representantes do governo em eventos internacionais.

Tendo conhecimento do funcionamento da ARI como pilar da condução das atividades paradiplomáticas do Amapá, o objetivo deste capítulo é fazer uma catalogação das ações de cunho paradiplomático que foram coordenadas pelo referido núcleo, através do recolhimento de dados nos sites oficiais do governo e documentos da Agência Amapá, entre os anos de 2015, ano em que a Agência foi criada por lei estadual, até o ano de 2017, tempo presente em que este trabalho está sendo realizado.

Para efeito didático-metodológico, as ações paradiplomáticas que forem catalogadas serão listadas em ordem cronológica dentro do recorte temporal estipulado a fins de organização, embora algumas ações sejam continuidades de projetos iniciados em anos anteriores ao da investigação.

---

<sup>8</sup> Texto retirado do site da Agência Amapá. Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/interno.php?dm=454>> Acesso em: 07/10/2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/dominio.php?id=304>> Acesso em: 07/10/2017.

• **IX Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil – França (7 e 8 de outubro de 2015)**

A Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil – França nasceu partir do Acordo-Quadro de Cooperação entre os dois países, assinado em 28 de maio de 1996 em Paris, durante o governo dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Jacques Chirac, da França. Durante os anos anteriores o então governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, instituiu uma política de inserção internacional que visava, sobretudo diminuir a condição de isolamento geográfico do estado e promover o desenvolvimento econômico através do meio internacional (FILHO, 2011, p. 95). Assim, em 1995, o governador fez sua primeira visita oficial a Caiena, capital da Guiana Francesa, deslanchando os laços institucionais entre os dois atores e o início das negociações de cooperação transfronteiriça (VIEIRA, 2013, p. 50). Essa aproximação culminou na assinatura do Acordo-Quadro pelo governo federal supracitado, com o objetivo de oficializar as relações bilaterais entre Brasil e França que estavam sendo desenvolvidas.

Em seu Artigo 6º, o Acordo (BRASIL, 1997) prevê o fortalecimento da cooperação transfronteiriça, possibilitando que os representantes locais possam desenvolver trabalhos nesta dimensão, dentro da conformidade com as legislações nacionais:

1. As Partes Contratantes realizarão a cada ano consultas visando ao favorecimento da cooperação transfronteiriça em todos os domínios de interesse comum e ao exame dos projetos desenvolvidos pelas coletividades locais dos dois países, no quadro das legislações nacionais. Representantes dessas coletividades locais poderão estar associados a esses trabalhos.
2. Esse grupo de consulta reunir-se-á alienadamente no Brasil e na França.

Assim, já no ano seguinte, começaram a acontecer as reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça, realizadas em concordância com as disposições do Acordo-Quadro nos seguintes anos: 1997 (Brasília), 1999 (Caiena), 2002 (Macapá), 2008 (Caiena), 2009 (Macapá), 2010 (Caiena), 2011 (Macapá) e 2012 (Caiena) (VIEIRA, 2013, p. 53).

Nos dias 7 e 8 de outubro de 2015 aconteceu em Macapá, no SEBRAE – AP, a IX Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil – França. Este evento que contou com a presença do Governador do Estado Antônio Waldez Góes da Silva, o embaixador brasileiro da França e autoridades francesas. Segundo a Agência Amapá (2015a, p. 01) este encontro teve como objetivo:

avaliar o avanço das ações planejadas no último encontro da Comissão Mista, realizado no ano 2013 e estabelecer novas metas para os próximos anos, afim de fortalecer cada vez mais a cooperação bilateral na região de fronteira compreendida

entre o município de Oiapoque no lado brasileiro e a cidade de *Saint Georges de l'Oyapock* no lado Guiana Francesa.

O objetivo principal das reuniões da CMT é coordenar e acompanhar os aspectos de interesse comum e estratégicos para a cooperação transfronteiriça. Na IX CMT, as atividades deram continuidade às reuniões precedentes e foram discutidos e apresentados resultados dos seguintes eixos temáticos: Infraestrutura e Integração, Circulação de Pessoas, Cooperação Policial e Judicial, Exploração Ilegal de Ouro, Pesca ilegal, Meio Ambiente, Segurança Civil, Cooperação Cultural e Educacional e Desenvolvimento Regional (AGÊNCIA AMAPÁ, 2015a, p. 01).

Outro ponto fundamental da reunião de 2015 foi a adesão do Governo do Estado do Amapá em uma parceria com o Conselho Regional da Guiana para acessar o Programa Europeu de Cooperação Territorial Interreg Amazônia 2014-2020, um fundo europeu de investimento em projetos de desenvolvimento transfronteiriço.

No ano seguinte, em dezembro de 2016 aconteceu a X Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça que, além dos temas costumeiros, tratou também sobre a inauguração da Ponte Binacional, que fica sobre o Rio Oiapoque e liga os municípios de Oiapoque Saint Georges. Foi estipulado que, em 16 de janeiro de 2017, seria realizado um dia de simulação de abertura da construção e seria criada uma Comissão Mista para definir questões vitais relacionadas à adequação ao Acordo Internacional de Transportes (AIT)<sup>10</sup> dos transportes que circularão entre os dois países quando a ponte estiver inaugurada oficialmente<sup>11</sup>.

Na ocasião a Universidade Estadual do Amapá (UEAP) assinou um acordo de cooperação interinstitucional com a Universidade da Guiana Francesa que prevê: cooperação científica, tecnológica e de inovação, intercâmbio de discentes, pesquisadores e técnicos, além da organização conjunta de estágios, seminários e simpósios. A iniciativa marcou o início do processo de internacionalização da universidade estadual importante para o desenvolvimento socioeconômico do estado<sup>12</sup>.

- **Programa de Cooperação Interreg Amazônia – PCIA (outubro de 2015)**

O Programa de Cooperação Interreg Amazônia (PCIA) visa promover o desenvolvimento integrado da Guiana Francesa e seus vizinhos do Escudo das Guianas –

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.pge.ap.gov.br/conteudo.php?id=11639>> Acesso em: 12/10/2017.

<sup>11</sup> A ponte binacional foi inaugurada parcialmente em março de 2017. O assunto será abordado mais a frente.

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www2.ueap.edu.br/postagem/56-ueap\\_assina\\_acordo\\_de\\_cooperacao\\_interinstitucional\\_com\\_universidade\\_da\\_guiana.html](http://www2.ueap.edu.br/postagem/56-ueap_assina_acordo_de_cooperacao_interinstitucional_com_universidade_da_guiana.html)> Acesso em: 12/10/2017.



Suriname, Guiana, Amapá, Pará e Amazonas. O PCIA faz parte do quadro de cooperação territorial europeia 2014-2020, desenvolvido pela Comissão Europeia, e é gerido pela Guiana Francesa em parceria com os países Suriname, Guiana e Brasil, representado pelos estados federados Amapá, Amazonas e Pará.

A estratégia adotada pela Guiana Francesa na repartição do financiamento de 18,9 milhões €, advindos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, foi a divisão nos seguintes eixos temáticos de intervenção: Saúde e Social, Patrimônio Natural e Cultural, Desenvolvimento Econômico e Transportes. Além disso, dois componentes de prioridade financeira: o transfronteiriço e o transnacional (CTG, 2006, p. 4-8).

O PCIA foi apresentado pelas autoridades francesas, da delegação da Guiana Francesa, aos gestores amapaenses durante a IX Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça, em outubro de 2015. Na ocasião, o governador do Estado do Amapá assinou um documento de adesão marcando o início de uma parceria com a Guiana Francesa em relação ao PCIA (AGÊNCIA AMAPÁ, 2015a).

- **Semana de Saúde na Fronteira (21 a 25 de dezembro de 2015)**

Este evento foi realizado nas cidades de Oiapoque e, a cidade com que faz divisa, Saint Georges, na Guiana Francesa, consideradas cidades-gêmeas. A organização e promoção desse evento ficaram a cargo da Secretária de Saúde em parceria com o campus de Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), o Distrito Sanitário Especial Indígena Amapá e Norte Pará, o Hospital Estadual de Oiapoque, o Exército Brasileiro, o Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Amapá, a Associação DAAC, a Agência Regional de Saúde da Guiana Francesa e a Agência Amapá, por meio da Assessoria de Relações Internacionais.

De acordo com o relatório de ações da ARI do segundo semestre de 2015, este evento teve como objetivo geral fortalecer a cooperação na área da saúde entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. O principal motivo da realização dessa ação foi combater a proliferação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a tuberculose na região fronteiriça entre Brasil e França composta pelas cidades supracitadas.

A programação do evento contou com palestras, oficinas, ações de conscientização e prevenção nas escolas e comunidade em geral, capacitação técnica, trocas de boas práticas entre os profissionais de saúde dos dois países, atendimento médico, odontológico e nutricional nas comunidades de Vila Brasil e Ilha Bela, e aplicação de testes de HIV, sífilis,

hepatite C e tuberculose no Centro de Custódia do Oiapoque, na comunidade indígena de Kumarumã e para a comunidade em geral do município (AGÊNCIA AMAPÁ, 2015b).

- **Intercâmbio técnico na Guiana Francesa – Projeto GEFLO (6 a 12 de março de 2016)**

O projeto de Apoio a Elaboração de uma Política de Gestão Sustentável da Floresta e da Biodiversidade do Estado do Amapá - Amazônia Brasileira (GEFLO) é uma parceria, firmada em 2013, entre o Governo do Estado do Amapá, o *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* (GRET) e a Conservação Internacional Brasil (CI). O projeto visa o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de conservação e gestão sustentável da biodiversidade do Amapá<sup>13</sup>.

O financiamento do projeto é dado pelo Fundo Francês para o Meio Ambiente (FFEM) e a coordenação do mesmo fica a cargo do GRET. A gestão do projeto compete à Agência Amapá, o Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF) e a Secretária de Estado do Meio Ambiente (SEMA), além do GRET e da CI.

Em março de 2016, o projeto promoveu um intercâmbio técnico entre uma equipe de técnicos da Agência Amapá, do IEF e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o *Office National des Forêts* (ONF), uma instituição pública francesa que é responsável pela gestão de florestas públicas do país. O intercâmbio teve como objetivo a troca de experiências e conhecimento técnico sobre gestão florestal, bem como tratar questões pertinentes a elaboração das políticas sustentáveis do GEFLO<sup>14</sup>.

- **II Reunião do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais – Fórum RI 27 (03 de junho de 2016)**

O Fórum RI 27 foi instituído na reunião do 1º Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais realizado em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 5 e 6 de setembro de 2015. Na ocasião os representantes dos estados brasileiros Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Roraima e Santa Catarina e do Distrito Federal se reuniram buscando a aproximação entre os entes federados e o intercâmbio de experiências internacionais. Também foi assinada a Carta de Florianópolis que contempla uma pauta comum de objetivo aos estados, sendo o principal deles fomentar o aumento da participação

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.ief.ap.gov.br/dados.php?d=734&a=452>> Acesso em: 13/10/2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/det2.php?id=5579>> Acesso em: 13/07/2017.

dos estados na paradiplomacia, dentro das competências previamente dispostas na Constituição Federal e sob o âmbito das normas do direito internacional<sup>15</sup>.

O estado do Amapá, juntamente com o estado do Acre, ingressou no Fórum RI 27, em seu segundo encontro, ocorrido em 03 de junho de 2016, na cidade de Brasília. A Assessora de Relações Internacionais do governo do estado, Lidiane Vieira, esteve presente no encontro onde pôde explanar sobre as relações fronteiriças do Amapá e sua participação no âmbito das atividades paradiplomáticas. (BRASÍLIA, 2016).

A terceira reunião do Fórum aconteceu em Salvador, na Bahia, durante os dias 1 e 3 de setembro de 2016 e contou com a adesão do Rio Grande do Sul ao grupo. O 4º Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais foi o mais recente a ser realizado e aconteceu nos dias 29 e 30 de agosto em Belo Horizonte, Minas Gerais. Neste evento, em especial, formalizaram-se as entradas dos estados Amazonas, Espírito Santo, Maranhão e São Paulo, totalizando 16 membros. Na reunião em questão foram discutidas pautas sobre a formalização do regimento interno do Fórum e, também, a proposta de decreto federal para a cooperação descentralizada<sup>16</sup>.

- **III Reunião do Conselho do Rio Oiapoque (07 de junho de 2016)**

O Conselho do Rio Oiapoque foi instituído em 2012, pela Declaração de Intenções assinada pelos governos Francês e Brasileiro, e é uma instância consultiva e paritária (MOREIRA, 2014) com o objetivo de “discutir iniciativas para promover o desenvolvimento harmonioso da zona de fronteira Brasil/França e também, de facilitar o diálogo entre a sociedade civil local, os governos locais e regionais.”<sup>17</sup>. A terceira reunião do Conselho aconteceu em sete de junho de 2016, na cidade de *Saint Georges* na Guiana Francesa.

O Conselho do Rio Oiapoque faz parte das iniciativas de cooperação entre Brasil e França, e é constituído por 32 membros, sendo 16 representantes dos poderes públicos de ambos os entes subnacionais e 16 representantes da sociedade civil, da região fronteiriça do Rio Oiapoque. Nas reuniões discutem-se temas das esferas da integração regional, infraestrutura, segurança pública, saúde, educação, cultura, turismo, meio-ambiente, pesquisa e tecnologia (AGÊNCIA AMAPÁ, 2016c).

<sup>15</sup> Retirado do site oficial do Fórum RI 27: <<http://forum27.com.br/forum-27/>> Acesso em: 16/10/2017.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://forum27.com.br/forum-27/>> Acesso em: 16/10/2017.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/det2.php?id=7345>> Acesso em: 16/10/2017.

- **I Fórum Estadual de Gestores de Relações Internacionais – FEGRI-AP (5 de setembro de 2016)**

No dia 5 de setembro de 2016, a Agência Amapá realizou, em parceria com o SEBRAE, o I Fórum Estadual de Gestores de Relações Internacionais, que nasceu sob a inspiração do Fórum RI 27. O evento busca reunir os gestores das Relações Internacionais dos órgãos públicos estaduais para discutir sobre a consolidação de uma política de internacionalização do estado e medidas de cooperação internacional que possam consolidar a integração transfronteiriça com a vizinha, Guiana Francesa. O evento ainda conta com um espaço de boas práticas que permite aos gestores exporem sobre as experiências positivas e negativas com as atividades de cunho internacional já realizadas por seus respectivos órgãos, além das metodologias adotadas em projetos de cooperação internacional (AGÊNCIA AMAPÁ, 2016a).

A Assessora de Relações Internacionais da Agência Amapá, Lidiane Vieira, destacou, na época, a importância das discussões e troca de informações entre os gestores estaduais sobre suas práticas internacionais, por conta do planejamento de futuras ações em relação a cooperação transfronteiriça entre a Amapá e a Guiana Francesa, sendo de suma importância para a assinatura de acordos na Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça<sup>18</sup>. Outrossim, o diálogo entre os setores internacionais dos órgãos estaduais é fundamental para discutir, e buscar superar, “os desafios que a fronteira do estado com a Guiana Francesa impõe para o desenvolvimento socioeconômico do Amapá” (AGÊNCIA AMAPÁ, 2016a).

A última edição realizada do FEGRI-AP foi realizada no dia 19 de abril de 2017, no Sebrae-AP, e, novamente, contou com a participação de gestores ligados as relações internacionais de diversos órgãos públicos amapaenses, além de acadêmicos das universidades locais. O evento contou com a tradicional troca de boas práticas entre os gestores, relatórios de ações e estabelecimento de metas futuras relacionadas à prática da cooperação bilateral.

- **Iniciativa de cooperação com a China (2016-2017)**

O Governo do Amapá esteve em contato com empresas chinesas com o intuito de estabelecer uma cooperação bilateral para desenvolver o Estado. A ideia é que haja um investimento para a construção de obras de infraestrutura logística, como rodovias, ferrovias e

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/det2.php?id=10032>> Acesso em: 27/10/2017.

portos, uma Zona de Processamento de Exportações, além de agroindústrias e outros projetos que visam desenvolver a capacidade produtiva estadual de maneira sustentável<sup>19</sup>.

Além dos encontros frequentes para discutir a parceria, uma carta de intenções foi redigida pelo governo estadual, através da Agência Amapá, direcionada a Sociedade Cooperadora Brasil – China, a fim de firmar a relação com o grupo chinês salientando as contrapartidas que o estado tem a oferecer:

O Governo enxerga resultados promissores na construção desta cooperação possibilitando que o estado do Amapá, devido sua localização estratégica com os diversos países e blocos econômicos possa ser futuramente um corredor de exportações. (AGÊNCIA AMAPÁ, 2017).

- **Inauguração da Ponte Binacional (18 de março de 2017)**

A construção de uma ponte que faria a ligação entre o Amapá e a Guiana Francesa, sobre o Rio Oiapoque, criando um vínculo terrestre entre a França e o Brasil e possibilitando o acesso rodoviário entre o Amapá ao restante do planalto das Guianas até o Caribe e ao estado brasileiro de Roraima, foi pensada desde 1997, durante a II Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça. Porém, só em 15 de julho de 2005 os presidentes Jacques Chirac, da França, e Luís Inácio Lula da Silva, do Brasil, assinaram o acordo que daria início a construção da referida ponte, tendo sido ratificado pelo governo brasileiro em 2006 e pelo governo francês em 2007 (FILHO, 2011, p.99).

A construção da Ponte Binacional está diretamente ligada às iniciativas de cooperação entre os dois países que iniciaram com a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/França em 1996. Todavia, as obras de construção da mesma iniciaram-se apenas em 2009, um ano depois do encontro dos dois chefes de estado na cidade de *Saint Georges* e foram concluídas em 2011 (VIEIRA, 2013, p.62).

No entanto, a inauguração da Ponte Binacional sofreu diversos atrasos por conta dos mais variados fatores como entraves na liberação ambiental da área, descobertas de sítios arqueológicos na região, escassez de materiais de construção para a obra por conta da deficiência logística rodoviária (LONBA e MATOS, 2012, p. 22). Mesmo quando as obras da estrutura principal da ponte foram finalizadas em 2011, novos problemas surgiram que impediram a abertura da mesma. Segundo Vieira (2013, p.64), dentro do âmbito diplomático, os franceses pressionavam o governo brasileiro para resolver a situação dos garimpos ilegais formados por imigrantes brasileiros em território guianense, que poderiam ser acelerados com

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/det2.php?id=11561>> Acesso em: 18/10/2017.

a conclusão da ponte. Além disso, os postos de fronteira do lado brasileiro ainda não estão finalizados e faltam 112 km de asfaltamento no trecho final da BR 156 que leva até Oiapoque, o que dificulta a viagem até o município.

Após muitos atrasos e adiamentos, a inauguração da Ponte Binacional aconteceu, de forma parcial, em 18 de março de 2017. A princípio, apenas carros de passeio estão liberados para a circulação<sup>20</sup>, porém já estão sendo discutidas entre os governos as adequações jurídicas e estruturais para transportes de mercadorias, além de uma Comissão Mista de Seguros que está trabalhando na definição dos valores dos seguros obrigatórios para veículos que cruzarem a fronteira.

- **Projeto de cabotagem inter-regional no Platô das Guianas (26 de setembro de 2017)**

Em 2015 o Governo do Estado do Amapá assinou um acordo com a Guiana Francesa de parceria no Programa de Cooperação Interreg Amazônia, o PCIA, o programa que visa financiar projetos de desenvolvimento inter-regional no Planalto das Guianas, com investimento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Dentre os projetos contemplados pelo PCIA destacamos, no âmbito da cooperação bilateral entre entes subnacionais, o projeto de um estudo de cabotagem entre acordado entre o Amapá e a Guiana Francesa.

De acordo com uma matéria divulgada pelo site oficial da Agência Amapá, a parceria para a realização do projeto surgiu em 2016, quando uma comitiva da Guiana Francesa, comandada pelo presidente da *Grand Port Maritime Guyane* (GPM), Rémy-Louis Budoc, apresentou ao governador do Estado do Amapá, a proposta de realizar estudos de viabilidade marítima para reforçar a logística de ambas as regiões<sup>21</sup>. Surgiu, então, o projeto Estudo de Cabotagem Interregional no Platô das Guianas para verificar a possibilidade de rotas alternativas ao comércio marítimo do Amapá, Pará e Platô das Guianas permitidas pela adoção da modalidade em questão<sup>22</sup>.

No dia 26 de setembro de 2017, após nove meses de pesquisa, os resultados do estudo foram apresentados em um seminário realizado no SEBRAE, na cidade de Macapá. Dentre os resultados apresentados estão listadas as vantagens comerciais que podem ser obtidas através

---

<sup>20</sup> Os brasileiros que quiserem atravessar a ponte de carro para fazer turismo no lado francês precisam de um passaporte válido com visto de turismo para a França, além de pagar um seguro de carro de passeio no valor de 175 euros. Estas exigências podem dificultar a ida dos brasileiros para a Guiana Francesa, uma vez que a moeda nacional é bastante desvalorizada em relação ao euro tornando bastante altas as taxas dos documentos exigidos.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://ageamapa.ap.gov.br/det2.php?id=7601>> Acesso em: 27/10/2017.

<sup>22</sup> Cabotagem é a navegação realizada entre portos de um mesmo país ou apenas na região costeira (Scottini, 2009)

da cooperação entre os países para a concretização do projeto, os subsídios pertinentes para a implantação da modalidade de cabotagem na região dentro de dois anos, bem como, a proposição de soluções para as lacunas jurídicas e diplomáticas que podem servir como empecilho para o início de execução do projeto.

Após o detalhamento das ações paradiplomáticas do Governo do Amapá, que foram catalogadas dentro do período de dois anos e meio de existência da Agência Amapá, podemos ter uma noção sobre a natureza e como se concentram as atividades internacionais que o Amapá tem desenvolvido.

Percebe-se um destaque para as iniciativas de cooperação descentralizada, que é conceitualizada por Dessotti (2009, p.9) como um enfoque das relações de cooperação internacional estabelecida com atores que não o Estado, como instâncias subnacionais de governo, grupos e representantes da sociedade civil e privada. O principal parceiro dessa cooperação amapaense tem sido a Guiana Francesa, com projetos em diversos eixos de desenvolvimento: meio ambiente, educação, saúde, segurança, infraestrutura e economia.

Todavia, a cooperação descentralizada e bilateral com a Guiana Francesa não tem sido a única estratégia internacional do estado. Foram identificadas iniciativas de atração de investimentos externos, captação de recursos, intercâmbio de boas práticas e cooperação técnica. A análise destas ações será melhor detalhada no próximo capítulo onde utilizaremos o aporte teórico para tal, com o objetivo de traçar o perfil da atuação paradiplomática do Estado do Amapá.

#### 4. O PERFIL DA PARADILOMACIA AMAPAENSE

No capítulo anterior elencamos as ações de paradiplomacia coordenadas pela Agência Amapá, através da Assessoria de Relações Internacionais, entre os anos de 2015, quando a Agência foi criada, até o presente ano de 2017. Neste capítulo, pretendemos analisá-las de acordo com a tipologia das ações paradiplomáticas estabelecida pelos autores que trabalhamos no primeiro capítulo e pela Confederação Nacional de Municípios.

Retomando a discussão do primeiro capítulo desta monografia, sobre o surgimento da paradiplomacia e seu desenvolvimento, vimos que o nível de atuação paradiplomática dos entes subnacionais varia de um país para o outro e é bastante influenciado pelo meio estatal em que estes se encontram. Diversos fatores internos podem variar o grau e a natureza de participação destes atores no estrangeiro, a saber, o tipo de regime de Estado, o grau de descentralização do governo, a disponibilidade de recursos, entre outros (RIBEIRO, 2009, p.45). Portanto, devido à pluralidade intrínseca de suas ações, assim como os aspectos que as orientam, a paradiplomacia pode ser vista sob diversas dimensões de análise.

Em resposta, os estudiosos do fenômeno elaboram categorias para explicar as diversas nuances em que ocorre o desenvolvimento da paradiplomacia. Essas categorias são definidas através da motivação ou objetivo que os entes subnacionais têm ao buscar o meio internacional e o tipo de ações que nele desenvolvem.

Desse modo, utilizaremos como base teórica para analisar as ações paradiplomáticas do governo amapaense a categorização proposta pelos autores Soldatos (1990), Duchacek (1990), os autores clássicos precursores do conceito, e as esferas de atuação internacional propostas pela Comissão Nacional dos Municípios, em seu livro *Atuação Global Municipal* (2011), que conversam diretamente com a realidade brasileira. Embora, a tipologia estabelecida pela CNM esteja direcionada para a atuação dos governos locais (municípios), é possível aplicar os estudos do órgão em diferentes níveis de análise de atuação internacional (Comissão Nacional dos Municípios, 2011, p.74), sendo, portanto, possível de empregar no âmbito dos estados federados.

Com intuito organizacional, estruturaremos este capítulo em três sessões que compreenderão a fundamentação conceitual dos autores escolhidos como base teórica, bem como, nossa análise qualitativa das ações da paradiplomacia do Amapá em relação ao conteúdo apresentado a fim de delinear um perfil para essa atuação.



#### 4.1 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DE DUCHACEK (1990)

Duchacek (1990, p. 16) identifica três tipos de paradiplomacia existentes, instituídos de acordo com sua dimensão geopolítica: paradiplomacia regional transfronteiriça, paradiplomacia transregional (ou macrorregional) e paradiplomacia global. Os três tipos serão melhor detalhados no quadro a seguir.

**Quadro 1 – Categorias de Paradiplomacia de Ivo Duchacek (1990)**

Tipologia	Descrição
Paradiplomacia Regional Transfronteiriça	Envolve os contatos fronteiriços – institucionais formais e/ou informais – entre atores municipais ou regionais, condicionados pela proximidade geográfica e pelos problemas em comum que possam existir, bem como o interesse mútuo em solucioná-los.
Paradiplomacia Transregional	Representa as conexões e negociações entre governos não centrais que não são vizinhos geográficos, porém seus Estados Nacionais o são. Em contraste com a possibilidade de caráter informal da paradiplomacia regional transfronteiriça, a paradiplomacia transregional possui um padrão mais formal.
Paradiplomacia Global	Consiste nas relações entre atores subnacionais com os governos centrais estrangeiros, além de centros financeiros, industriais e culturais em outros continentes.

Elaboração própria com base em Duchacek (1990).

Complementando as informações do quadro acima, a Paradiplomacia Regional Transfronteiriça compreende a participação de governos municipais e regionais, além de entidades privadas e cidadãos. Esse envolvimento acontece em matérias de interesse comuns, tais como “aspectos técnicos de cruzamento de fronteira; movimentação de mercadorias; prevenção de contrabando: carregamento de mercadorias roubadas, tráfico de drogas ou compras excessivas através da fronteira” (RIBEIRO, 2009, p. 45). Podemos acrescentar ainda a necessidade de gerenciamento em conjunto de recursos naturais, como rios e florestas, problemas de poluição, prevenção de desastres naturais, epidemias, defesa civil e transferência energética.

A Paradiplomacia Transregional, por outro lado, não tem esse caráter de proximidade geográfica, os entes subnacionais que se conectam através dela estão separados por outras unidades territoriais ou provinciais nacionais. Por conta disso, o envolvimento possui uma faceta mais formal, podendo demandar questões de protocolo diplomático. O autor exemplifica esse tipo com as missões comerciais realizadas por províncias canadenses, como o Quebec, em estados americanos não-contíguos, como o Texas e a Louisiana.

Quanto à Paradiplomacia Global, Duchacek (1990) diz que os contatos entre os entes subnacionais e governos estrangeiros já é esperado em nossa atualidade, e que nas décadas passadas era inevitável se o contato fosse estabelecido com um governo autoritário socialista, uma vez que o governo central controlava todas as instâncias da economia nacional.

Voltando nossa atenção agora para as ações paradiplomáticas do Governo do Estado do Amapá que elencamos no capítulo anterior, podemos notar que grande parte é direcionada para a Guiana Francesa, por conta de sua fronteira compartilhada, envolvendo também o governo municipal de Oiapoque, instituições privadas e públicas, membros da sociedade civil e representantes do governo guianense.

Com ações que vão desde cooperação técnica, compartilhamento de boas práticas e cooperação internacional para o desenvolvimento, a exemplo do Conselho do Rio Oiapoque, o Projeto GEFLO, as reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça, a cooperação para a inauguração da Ponte Binacional e a parceria para o PCIA. Podemos afirmar então, levando em consideração os tipos de paradiplomacia de Duchacek (1990) e suas particularidades, que a atuação internacional do Estado do Amapá se encaixa na categoria de Paradiplomacia Regional Transfronteiriça.

Como dito anteriormente, Duchacek (1990) utiliza a dimensão geopolítica das práticas internacionais para estabelecer suas categorias de paradiplomacia. Desse modo, utilizaremos a categorização de Panayotis Soldatos (1990) como complemento teórico, uma vez que os eixos de análise dos dois autores ora se complementam, ora se distinguem, possibilitando, assim, um aporte conceitual mais completo.

#### 4.2 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DE SOLDATOS (1990)

Soldatos (1990) analisou a paradiplomacia sob múltiplas dimensões, o que rendeu diversas tipologias para o fenômeno. Algumas são voltadas para as ações das cidades, outras direcionam-se para o âmbito das regiões. De seus estudos resultaram categorias concentradas

sob quatro dimensões de análise, segundo Ribeiro (2009, p. 46): a) A dimensão geopolítica e questões de interesse para tratamento; b) a relação estabelecida entre a unidade subnacional e o governo central; c) o tipo de segmentação das ações internacionais, conforme os diferentes níveis de governo nos quais elas se realizam e d) o caráter de proatividade da internacionalização, o que produziria duas categorias distintas de cidades: cidade-ator e cidade-espaço.

Em cada uma das quatro dimensões de análise, Soldatos (1990) estabelece divisões que funcionam como a categorização das ações de paradiplomacia para o referido autor. No quadro abaixo poderemos observar essas categorias e suas principais características<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Como esta monografia trata da paradiplomacia de um estado federado e a quarta dimensão de Soldatos (1990), que já foi descrita no primeiro capítulo, é voltada para a classificação das cidades, optamos por trazer novamente à discussão apenas as três categorias que servirão para a análise do nosso objeto.

**Quadro 2 – Categorias de Paradiplomacia de Panayotis Soldatos (1990)**

Dimensão	Categoria	Subdivisões	Características
a) Geopolítica	Paradiplomacia Global <sup>24</sup>		As unidades federadas lidam com questões referentes ao sistema internacional como um todo, por exemplo, guerra e paz, liberalização do comércio internacional. Tipo incomum de paradiplomacia, já que os atores subnacionais geralmente lidam com questões de <i>low politics</i> e assuntos de relevância regional.
	Paradiplomacia Regional	Macrorregional	Os atores lidam com questões de relevância regional e concernentes a comunidades que são não contíguas.
		Microrregional	Os atores lidam com questões de relevância regional e os atores envolvidos são geograficamente contíguos. A paradiplomacia microrregional pode ser fronteira e transfronteira, uma vez que a contiguidade implica em fronteiras comuns.
b) Relação com o Governo Nacional	Cooperativa		Ações paradiplomáticas que são coordenadas ou desenvolvidas de modo conjunto com o governo federal, por meio de acordos, missões ou relações institucionais permanentes ou <i>ad hoc</i> .
	Paralela	Harmoniosa	Ações desenvolvidas independentemente do governo federal, porém com a aprovação e/ou monitoramento deste.
		Conflituosa	Ações desenvolvidas independentes do governo federal e possuem natureza conflitante, pois o governo federal se opõe à ação em seu conteúdo e/ou forma.
c) Segmentação das ações quanto ao nível de governo	Vertical		Concerne aos diferentes níveis do governo (federal, unidades, federadas, municípios) quando estes são diretamente ativos na área de relações internacionais e elaboração de políticas.
	Horizontal		Acontece quando no mesmo nível de governo diferentes departamentos ou agências governamentais são diretamente envolvidos nos assuntos internacionais.

Elaboração própria com base em Soldatos (1990).

<sup>24</sup> O uso do adjetivo “global” nesse caso está sendo usado em seu sentido funcional em detrimento do sentido geográfico, já utilizado por Duchacek (1990) (SOLDATOS, 1990, p.37).

A primeira dimensão de análise do quadro, a dimensão geopolítica, divide a paradiplomacia em global e regional que, diferente da terminologia de Duchacek (1990), não diz respeito à posição geográfica dos envolvidos, mas sim ao caráter temático das questões desenvolvidas. Para o autor, a paradiplomacia global é aquela que trata de temas de *high politics* no sistema internacional, enquanto a paradiplomacia regional engloba as *low politics* tratadas em âmbito regional. Segundo Vigevani (2006, p. 130) a paradiplomacia na maioria dos países é voltada para as questões de *low politics* e no Brasil esse padrão se repete. Com movimentação internacional dos entes subnacionais que não interfere na estratégia nacional, as iniciativas geralmente se referem a convênios tecnológicos, cooperação técnica, empréstimos, turismo, investimentos entre outros.

No caso amapaense não encontramos ações internacionais executadas voltadas a temas de *high politics*, descartando a possibilidade de considerar a atuação paradiplomática do Estado como global, de acordo com as definições de Soldatos (1990). Isso nos revela que o Amapá se encaixa no perfil de atores paradiplomáticos estabelecido por Vigevani (2006), e segue na mesma direção de outros entes subnacionais brasileiros que concentram suas ações no campo das *low politics*. Por isso a categoria da paradiplomacia regional condiz melhor com a atuação internacional amapaense.

Quanto às subdivisões dessa categoria, notamos uma concordância significativa com a paradiplomacia microrregional. Como dito anteriormente, a maior parte das ações internacionais amapaenses estão voltadas para a vizinha Guiana Francesa, o que demonstra o caráter transfronteiriço, e envolvem questões de *low politics* como comércio, trânsito de pessoas, meio ambiente, educação, saúde etc. A Semana de Saúde na Fronteira, as Reuniões do Conselho do Rio Oiapoque e o Fórum Estadual de Gestores de Relações Internacionais demonstram iniciativas que buscam solucionar problemas e implementar ações pertinentes aos temas de *low politics*.

Porém, não podemos descartar completamente a dimensão macrorregional, pois, ainda que em menor escala, ela pôde ser verificada também nas ações paradiplomáticas do Governo do Amapá, podendo ser exemplificadas pelas recepções de missões estrangeiras e projetos de cooperação voltados para o desenvolvimento integrado do Platô das Guianas, como o PCIA.

Já no âmbito da relação do ente subnacional com o governo nacional, que analisa como as ações de paradiplomacia conversam com a política externa nacional, este se desdobra em duas categorias de ação: cooperativa e paralela, e o Estado do Amapá pratica ambas. Em primeiro lugar, como ações cooperativas, podemos citar a Comissão Mista Transfronteiriça e a construção da Ponte Binacional, iniciativas que foram possibilitadas pelo Acordo-Quadro de

Cooperação Brasil-França assinado pelos respectivos governos nacionais dos dois países em 1996, que estabeleceu essa relação institucional que continua sendo desenvolvida pelo Amapá e pela Guiana Francesa, através das reuniões da CMT que continuam a acontecer e nos esforços para a abertura integral da ponte.

Em relação a vertente paralela, embora a atuação internacional dos entes subnacionais seja distinta da diplomacia federal, ela deve estar em concordância com as políticas de relações internacionais conduzidas em âmbito federal. Por outro lado, não se devem ignorar as dinâmicas internacionais que permeiam a realidade local (CNM, 2011, p. 73). Essas afirmações podem ser percebidas no caso amapaense se, novamente, considerarmos o volume de práticas internacionais voltados para a fronteira com a Guiana Francesa, concernente à demanda internacional local, ao mesmo tempo em que não entra em desacordo com a política externa brasileira do atual governo, que favorece as relações bilaterais e a parceria tradicional com países da União Europeia (Ministério das Relações Exteriores, 2016)<sup>25</sup>.

Dessa maneira, percebemos que mesmo as ações internacionais que o Amapá realiza independentes da interferência nacional, não entram em desacordo com os objetivos externos do Brasil, mantendo o caráter harmonioso de relação entre a paradiplomacia e a diplomacia federal estabelecido por Soldatos (1990). Por conseguinte, descartamos qualquer possibilidade de atribuir às ações paradiplomáticas amapaenses o perfil de paralelas conflituosas.

O terceiro e último âmbito categórico de Soldatos (1990) que utilizaremos em nossa análise, diz respeito ao tipo de segmentação das atividades paradiplomáticas dentro do território federal, dividida entre vertical e horizontal. Todavia esse âmbito de análise se concentra em como as atividades paradiplomáticas estão distribuídas institucionalmente dentro dos níveis de governo dos países, o que não tipifica as ações propriamente ditas. Ainda assim, podemos utilizá-lo para perceber a realidade institucional paradiplomática amapaense em relação ao Brasil.

A Agência Amapá é o único órgão institucionalizado que possui um setor para lidar exclusivamente com as ações internacionais do Governo do Estado do Amapá, embora outros órgãos realizem projetos internacionais e estabeleçam parcerias com a Guiana Francesa eles não possuem departamentos específicos de RI e devem ser coordenados pela Assessoria de Relações Internacionais. Nota-se então que a segmentação horizontal não é uma realidade no

---

<sup>25</sup> Segundo as diretrizes da Nova Política Externa Brasileira, estabelecidas em maio de 2016, no início do mandato do Presidente Michel Temer, no discurso de posse do então Ministro das Relações Exteriores, José Serra.

âmbito governamental amapaense, fazendo parte apenas da segmentação vertical que se apresenta no âmbito federal.

Depois de termos direcionado a paradiplomacia do Amapá de acordo com as categorias de Duchacek (1990) e Soldatos (1990), podemos seguir em frente para nossa última vertente conceitual de análise que estabelecemos previamente, a tipologia da Confederação Nacional de Municípios (2011). Lembramos que as categorias utilizadas aqui não tem objetivo de serem excludentes, mas sim complementares, visando enriquecer a análise proposta como objetivo desta pesquisa.

#### 4.3 A PARADIPLOMACIA AMAPAENSE SOB A VISÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (2011)

A categorização da Confederação Nacional de Municípios (2011) foi estruturada a partir de um estudo realizado em 2008, pela própria CNM, sobre as atividades internacionais dos municípios brasileiros. Nesse estudo percebeu-se uma dificuldade em utilizar as categorias estrangeiras de paradiplomacia para abarcar a totalidade da realidade brasileira de inserção internacional municipal. Assim, a CNM formulou sua própria estrutura para demonstrar os eixos de atuação que dividem-se em: política global municipal, cooperação descentralizada, promoção econômica e visibilidade externa.

A política global municipal “abrangeria mais os relacionamentos esporádicos, as demonstrações de interesse, os posicionamentos ideológicos, as representações em assentos internacionais, os cerimoniais de recepção de missões oficiais” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2011, p. 92). A participação em foros internacionais, redes temáticas, irmanamentos e comemorações oficiais também estão presentes dentro dessa categoria. Diferentemente de projetos específicos de cooperação internacional ou de atração de investimentos, a política global municipal compreende ações que tem como objetivo maior a visibilidade do ator político em questão, a construção de laços de relacionamento com outras localidades, promoção do debate e a disseminação de culturas e valores no meio internacional. No entanto, através do estreitamento de laços políticos e reconhecimento do ator paradiplomático no meio internacional podem surgir oportunidades para a consolidação de outros tipos de ações.

Ao analisarmos as ações internacionais amapaenses podemos perceber que suas atividades não condizem com a categoria de política global municipal, uma vez que, até então, não há uma tentativa, ou não é de interesse do governo, de estabelecer-se como um ator

participativo nas decisões de política global. Embora existam relacionamentos esporádicos com outros países, acontecem sempre buscando objetivos claros de desenvolvimento socioeconômico.

O eixo da Cooperação descentralizada divide-se em: cooperação técnica e financeira. Representa os projetos que visam o intercâmbio de conhecimento técnico ou a cooperação financeira, também conhecida como captação de recursos, com parceiros internacionais. A cooperação técnica é supervisionada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que integra a estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores (MRE). As ações reconhecidas como cooperação técnica englobam: missões técnicas, intercâmbios de informações, estudos de viabilidade, capacitações e treinamento, além do trabalho conjunto na construção de novas soluções de políticas públicas. Já a cooperação financeira é supervisionada pela Secretária de Assuntos Internacionais (SEAIN), que faz parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e se configura como o aporte de recursos através de financiamentos, fundos perdidos de organismos internacionais financiadores. A SEAIN autoriza a transferência de recursos financeiros das agências internacionais aos entes subnacionais de acordo com a espécie das solicitações, os requisitos das instituições concedentes e a legislação brasileira (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2011, p. 122).

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2011, p. 127) a cooperação técnica e a financeira, ainda que possuam caráter diferentes, estão fortemente atreladas, sendo, às vezes, a identificação possível apenas pelo órgão federal que valida a cooperação.

A realidade da cooperação descentralizada tem sido o carro-chefe da atuação internacional do Amapá. O Projeto GEFLO é um exemplo de cooperação técnica que teve como objetivo a capacitação e treinamento dos técnicos que fazem parte da gestão estadual. O projeto de cabotagem inter-regional é um exemplo de como a cooperação financeira e técnica caminham juntas, uma vez que se configura como um estudo de viabilidade realizado com investimentos externos e cooperação entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. O PCIA, que faz parte de um acordo multilateral entre o Amapá, o Pará e o Amazonas (representantes brasileiros), Guiana Francesa e Suriname, também representa uma oportunidade de aportes financeiros para projetos cooperativos.

A terceira categoria da CNM é promoção econômica internacional (PEI) que está diretamente ligada ao comércio exterior e ao setor empresarial, tendo como objetivo o aumento da competitividade dos produtos e potencialidades locais no mercado e a geração de emprego e renda. Primeiro, os atores subnacionais buscam aprimorar seus serviços públicos



locais para adequá-los ao padrão internacional de competitividade. Em seguida, busca-se a atração de empresas internacionais para a região. Finalmente, internacionalizar parte da produção seguindo as especificidades de outros lugares, internacionalizando a cadeia produtiva (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2011, p. 134).

A PEI funciona sobre dois eixos: o comércio exterior e a atração de investimentos. A PEI através do comércio exterior se estabelece por meio de políticas de desenvolvimento econômico que oportunizem a entrada das empresas locais no mercado internacional. A atração de investimentos engloba a promoção das vantagens competitivas no cenário internacional – turísticas, ambientais, culturais, tecnológicas –, a criação de agências de atração de investimento e investimento estrangeiro direto (IED). E dentre as vantagens que pode trazer aos entes subnacionais estão: o aumento da arrecadação tributária, a promoção de emprego e renda e o aumento da qualidade dos serviços.

O governo do Amapá tem utilizado o instrumento de promoção econômica internacional do Estado em busca de desenvolvimento a partir das potencialidades. O maior exemplo disso é a própria criação da Agência Amapá (que configura umas das estratégias da PEI descritas pela CNM). A Agência funciona dentro da estratégia do governo para criar um ambiente favorável à atração de investidores para o estado. As negociações com o grupo chinês para investimentos em obras de infraestrutura no estado também demonstram a PEI em execução no estado.

Finalmente, a visibilidade externa, última categoria de atuação internacional proposta pela Confederação Nacional dos Municípios (2011, p. 93) “envolveria temas referentes à promoção de uma imagem identitária desde a população local até os visitantes e os estrangeiros em outros países”. A proposta principal da visibilidade externa é criar uma memória positiva que transmita uma mensagem objetiva sobre a cidade, e possui uma forte preocupação com o impacto social. Alguns exemplos de políticas de visibilidade externa eu podemos citar são: a criação de uma marca da cidade, que funciona como um “reconhecimento” sobre a percepção interna e externa sobre a cidade, a captação de eventos e premiações internacionais e a produção audiovisual, seja em filmes, novelas, videoclipes. Quanto a esta última, o governo não precisa estar diretamente ligado à produção, seja como idealizador ou financiador, mas pode se tornar incentivador com divulgação, assistência na segurança das filmagens, concessão de alvarás etc. (Confederação Nacional de Municípios, 2011, p. 160-161).

Nenhuma ação do estado do Amapá pertinente à categoria de visibilidade externa foi encontrada durante a catalogação desta pesquisa, o que indica a insipiência em relação a este tipo de estratégia.

Depois de termos analisado as ações paradiplomáticas do Amapá que foram catalogadas no capítulo anterior com os três eixos conceituais, podemos dizer que as ações internacionais amapaenses acontecem em sua maioria em âmbito regional e voltadas para a interação fronteiriça com a Guiana Francesa, que se encaixa na Paradiplomacia Regional Transfronteiriça, categoria de Duchacek (1990) e na Paradiplomacia Regional, dentro do âmbito microrregional, de Soldatos (1990). É uma paradiplomacia que acontece de ora de forma conjunta, ora de forma independente do governo federal, mas em qualquer que seja o âmbito não está indo de encontro com a orientação da política externa brasileira.

Finalmente, seguindo a tipologia apresentada pela Confederação Nacional dos Municípios (2011), a paradiplomacia amapaense se condensa, sobretudo, nas áreas de cooperação descentralizada, técnica e financeira, e de promoção econômica internacional, objetivando o desenvolvimento do Estado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a Guerra Fria havia um forte preocupação com a instauração de um conflito nuclear entre as duas potências vigentes. Nesse período, a agenda internacional estava voltada para os temas de segurança estratégica e outros temas como comércio, saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento eram consideradas *low politics*. Porém com o eminente fim do confronto e as transformações tecnológicas, comerciais e sociais que aconteciam no sistema internacional, as *low politics* ascenderam e ganharam força nos debates internacionais.

Essas transformações são comumente atribuídas ao fenômeno da globalização, que embora não possua um conceito fixo e universal, pode ser compreendida como um processo de intensificação das relações transnacionais sejam elas políticas, econômicas, sociais, ou culturais.

Dentro dos processos econômicos da globalização, as multinacionais e o sistema financeiro começam a redesenhar o mapa produtivo mundial e os Estados Nacionais precisam se reestruturar para atender as dinâmicas dos fluxos econômicos. No campo político, a soberania clássica do modelo westfaliano começa a ser questionada e reinterpretada, uma vez que começam a surgir forças supranacionais, como organizações internacionais e blocos regionais capazes de afetar a soberania estatal, além da superação fronteiriça que vai de encontro à clássica noção de territorialidade.

Porém a globalização não causou apenas a maior influência de atores do plano externo no plano interno dos Estados. Forças de poder subnacionais também começaram a demonstrar um maior interesse de participação no meio exterior de forma autônoma, como forma de reduzir os impactos desintegradores do mercado global, ou mesmo buscar alternativas de desenvolvimento a parte da dependência do governo federal.

As ações internacionais destes governos subnacionais começaram a se intensificar nas últimas décadas pelos estudiosos das relações internacionais, e logo foram conceituadas como “paradiplomacia”, pelos estudiosos precursores Panayotis Soldatos e Ivo Duchacek, que pode ser definida como o envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais, através de contatos formais, informais, temporários ou permanentes com instituições públicas ou privadas, com o objetivo de promover questões socioeconômicas e políticas, ou qualquer outra dimensão internacional de suas próprias competências constitucionais.

No Brasil a paradiplomacia começou a se desenvolver pelos estados federados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, ainda na década de 1980, tendo sido acrescido o número de estados e municípios que utilizam a prática nos anos seguintes. Todavia na atual

Constituição Federal, de 1988, não está prevista a possibilidade de participação dos entes subnacionais no meio internacional. Mesmo assim, houve um aumento nas atividades de caráter internacional dos governos subnacionais brasileiros nos últimos anos e existem iniciativas organizacionais dentro da estrutura diplomática federal para fomentar as atividades paradiplomáticas de estados e municípios, como a Subchefia de Assuntos Federativos, ligada à Secretária de Relações Institucionais da Casa Civil da Presidência da República, e a Agência Brasileira de Cooperação que auxilia as práticas de cooperação descentralizada brasileiras.

Em relação ao Amapá, a Assessoria de Relações Internacionais, dentro da Agência Amapá, é a responsável por coordenar e assessorar as atividades ligadas às Relações Internacionais do Estado há dois anos e meio, desde que a Agência foi criada em julho de 2015.

Nesse período de tempo, as ações que a ARI coordenou estiveram, em grande parte, voltadas para a prática da cooperação descentralizada nos âmbitos de: meio ambiente, educação, saúde, segurança, infraestrutura e economia. Outras iniciativas foram de atração de investimentos externos, captação de recursos, intercâmbio de boas práticas e cooperação técnica. O principal parceiro internacional do Amapá nestas práticas têm sido a Guiana Francesa.

Após a análise com base nas categorias de atuação internacional de Soldatos, Duchacek e a Confederação Nacional dos Municípios, podemos concluir que o perfil de atuação internacional do Amapá é regional transfronteiriço e que as atividades realizadas são principalmente de cooperação internacional, tanto técnica quanto financeira, além da promoção econômica, ambas com o intuito de desenvolvimento local e regional. Portanto nossa hipótese inicial pôde ser parcialmente validada, em razão de que o Amapá de fato concentra suas atividades internacionais voltadas para a relação transfronteiriça com a Guiana Francesa, porém o âmbito das ações vai além do que foi inicialmente proposto.

Com esta pesquisa pudemos constatar ainda, que a prática da paradiplomacia no Estado é uma realidade e existe uma vontade por parte da Assessoria de Relações Internacionais em desenvolvê-la ainda mais, a participação em eventos, fóruns voltados para a promoção da paradiplomacia federativa podem sinalizar essa iniciativa. Contudo, a Assessoria é vinculada à Agência Amapá e não possui autonomia para realizar ações internacionais próprias, o que ela faz é apenas coordenar demandas que surgem ou iniciativas de outros setores do governo. Como vimos no decorrer da pesquisa, os instrumentos que a paradiplomacia pode utilizar são diversos, assim como seus objetivos e seus ganhos para a unidade subnacional que a utiliza. Portanto, deixamos como sugestão pra discussões e

políticas públicas futuras, a criação de um órgão específico para cuidar dos assuntos externos do Estado e que tenha autonomia para promover as relações internacionais do Estado com os mais variados propósitos, consolidando uma estratégia de atuação a longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ. Instituto Estadual de Florestas Do Amapá. . **Projeto GEFLO**. Disponível em: <<http://www.ief.ap.gov.br/dados.php?d=734&a=452>>. Acesso em: 26/10/ 2017.

AMAPÁ. Lei nº 1.908, de 01 de julho de 2015. Lei de criação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá - AGÊNCIA AMAPÁ. Macapá, fev de 2015. Disponível em: <<http://www.editor.ap.gov.br/editor/Arquivos/Texto/Gestor2687c8419236b9e34578acf49ba55860.pdf>>. Acesso em: 12/10/2017.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Ata da IX Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil- França**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2015a.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Relatório Anual de Atividades**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2015b.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Ata da I Reunião do Fórum de Estadual de Gestores de Relações Interacionais do Amapá**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2016a.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Acompanhamento das Ações de Cooperação Transfronteiriças**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2016b.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Nota de Trabalho da Reunião Preparatória para o III Conselho do Rio Oiapoque**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2016c.

AGÊNCIA AMAPÁ. **Carta de Intenção**. Macapá: Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, 2017.

BATALHA, Elisa de S.; ARTURI, Carlos S. **Movimentos Sociais Transnacionais e Reação Interestatal**: considerações teóricas à luz do Fórum Social Mundial e da cooperação securitária na União Européia. Caderno CRH, Salvador, vol. 19, nº 48, pp. 461-477, 2006.

BORJA, Oscar R. P. **Por Que Nações Fracassam na Gestão de Resíduos?** Percepções de risco de catadores e coletores de recicláveis e reutilizáveis em perspectiva Brasil e Chile. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto de nº 2.200, de 8 de abril de 1997. **Acordo-quadro de Cooperação Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa**. Brasília, abr de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1997/D2200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2200.htm)>. Acesso em: 29/10/2017.

BRASÍLIA. **Ata da Reunião do 1º Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais**. Fórum RI 27, 2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Revista Novos Estudos: São Paulo, nº 45. 1996.

CASTELO BRANCO, Álvaro C. **Paradiplomacia & Entes Não Centrais no Cenário Internacional**. Juruá Editora: Curitiba, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização**. Brasília: Themaz Comunicação Ltda., 2011. 280 p.

CORNAGO, Noé. **Exploring the global dimensions of paradiplomacy**. Functional and normative dynamics in the global spreading of subnational involvement in international affairs. Hanover, Germany, October, 2000.

CTG. Collectivité Regionale de Guyane. **Tudo sobre o Programa de Cooperação Interreg Amazônia 2014-2020**. 27, p. 2006.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

FILHO, Francisco Gomes. **A Paradiplomacia Subnacional No Brasil: Uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. Tese (Doutorado), UNB: Brasília, 2011.

FORJAZ, M. C. S. **Globalização e crise do estado nacional**. ERA – Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, nº2, p38-50, 2000.

IANNI, Ocatvio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.  
ISER, Guilherme de Cruzeiro. **OS ENTES SUBNACIONAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O Fenômeno da Paradiplomacia**. UFRGS: Porto Alegre, 2013.

KEATING, Michael. **Regiones y Asuntos Internacionales: Motivos, Oportunidades y Estrategias**. 1997.

LOMBA, Roni Mayer; MATOS, Felipe Ribeiro. **A ponte binacional e os novos arranjos territoriais: perspectivas e dilemas da cooperação franco-brasileira (Amapá)-Guiana Francesa**. **Boletim de Geografia**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.19-29, 21 dez. 2012. Universidade Estadual de Maringá.

LUVIZOTTO, Caroline K. OLIVEIRA, Marcelo F. **Cooperação técnica internacional: aportes teóricos.** Rev. Bras. Polít. Int. 54 (2): 5-21, 2011.

MILANI, C. R. S.; RIBEIRO, M. C. M. **International Relations and the Paradiplomacy of Brazilian Cities: Crafting the Concept of Local International Management.** BAR, Curitiba, v.8, n.1, art. 2, pp. 21-36, Jan./Mar. 2011.

Ministério das Relações Exteriores. **“Discurso do Ministro José Serra por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores”.** 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasil-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 10/11/2017.

MOREIRA, Ivana Maria Antunes. **Comissão Mista De Cooperação Transfronteiriça Conselho Do Rio Oiapoque:** Macapá: III Seminário de Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/articulacao-federativa/assessoria-internacional/eventos-e-reunioes/iii-seminario-e-a-vi-reuniao-da-cooperacao-internacional-descentralizada-realizados-em-macapa-ap-nos-dias-18-e-19-de-agosto/apresentacao-vi-reuniao-cid-amapa>>. Acesso em: 15 out. 2017.

OLIVEIRA, Liziane P. S. **A Soberania Frente à Globalização.** Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB, Brasília, v. 2, n. 1, p. 202-225, jan./jun. 2005.

PISETA, Mariana Cury. **Paradiplomacia: Uma análise da atuação de Santa Catarina e de sua relação com o Mercosul.** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional.** Brasília: FUNAG, 354 p. 2012.

PORTO, J. L. Rabelo. **A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas.** In: Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades / Organização de Jadson Luís Rebelo Porto e Durbens Martins Nascimento. – Macapá: Editora, 2010.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras.** EDUFBA: Salvador, 2009.

RODRIGUES, G. M. A. **Relações Internacionais Federativas no Brasil.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, N° 4, pp. 1015 a 1034, 2008.

SALOMÓN, Mónica. **Los estados y municipios brasileños como actores de la cooperación internacional.** Revista Española de Desarrollo y Cooperación nº 22, pp. 145-159, 2008.



SANTOS, Boaventura. S. **A globalização e as ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo, Cortez: 2002.

SATO. Eiiti. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. Rev. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar, 2010.

SCOTTINI, Alfredo (Comp.). **Minidicionário Escolar de Língua Portuguesa**. Blumenau: Todolivro Editora, 2009.

SENHORAS, Elói M. **Geopolítica da paradiplomacia subnacional: Um estudo sobre a extroversão internacional dos municípios da rede de mercocidades**. Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/122/>> Acesso em: 13/08/2017.

SOLDATOS, Panayotis. *La Nouvelle Génération de Villes Internationales: Phénomène de Segmentation des Roles Traditionnels de L'état-nation*. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis. *Au-delà et en Deçà de L'État-nation*. Bruxelas: Bruylant,1996.

\_\_\_\_\_. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors, In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

VIEIRA, Lidiane Rodrigues. **Políticas de Integração entre Amapá e Guiana Francesa: uma etnografia dos processos de cooperação transfronteiriça franco-amapaense**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

VIGEVANI, Tullo. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p.127-169, out. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092006000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300010)> Acesso em: 24/10/2017.

World Bank. **World Development Indicators Database**. Abril, 2017. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf> > Acesso em: 26/08/2017.